

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
HUMANAS
CURSO DE FILOSOFIA

Lucas Bohm de Grandi

O MAL MORAL E A RESPONSABILIZAÇÃO DO
HOMEM EM SANTO AGOSTINHO DE HIPONA

Passo Fundo

2021

Lucas Bohm de Grandi

O MAL MORAL E A RESPONSABILIZAÇÃO DO HOMEM EM SANTO AGOSTINHO DE HIPONA

Monografia apresentada ao curso de Filosofia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Filosofia, sob a orientação do Dr. Miguel da Silva Rossetto.

Passo Fundo
2021

Lucas Bohm de Grandi

O mal moral e a responsabilização do homem em santo Agostinho de Hipona

Monografia apresentada ao curso de Filosofia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Filosofia, sob orientação do prof. Dr. Miguel da Silva Rossetto.

Aprovada em 09 de dezembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Miguel da Silva Rossetto

Prof. Dr. Ângelo Vitório Cenci

Prof. Dr. Marcelo José Doro

A Deus, à Nossa Senhora, aos santos e anjos do céu, ao meu pai, Luís Carlos, à minha mãe, Irone Beatriz, à minha tia Yolanda, aos meus avós, Santo (*in memoriam*) e Helena, e Elídio e Luci, e aos demais familiares; à Diocese de Erechim, na pessoa de Dom Adimir Antonio Mazali, bispo diocesano; aos irmãos do Seminário Maior São José, e em especial ao formador, pe. Clair Favreto; ao professor Dr. Miguel da Silva Rossetto e aos professores do curso de Filosofia da Universidade de Passo Fundo.

Logo, se queres fugir da infelicidade, ama em ti esse mesmo “querer-ser”. Com efeito, quanto mais quiseses ser, mais aproxima-te d’Aquele que existe acima de tudo. E dá graças a Deus, desde já, por existires. Pois, mesmo sendo inferior aos bem-aventurados, contudo és superior aos seres que não possuem sequer o desejo da felicidade. Entretanto, apesar disso, muitos desses seres inferiores são exaltados pelos próprios desafortunados. Todavia, todos os seres, pelo fato de existirem, são bons. Assim, pois, quanto mais amares a existência tanto mais desejarás a vida eterna e aspirarás a te transformar, de tal maneira que tuas disposições não sejam transitoriamente impressas em ti, como que gravadas pelo amor das realidades efêmeras. Pois as coisas temporais nada são antes de existirem; ao existirem, passam; e tendo passado, voltam ao nada. Logo, quando são futuras ainda não existem; ao terem passado não existirão mais. Como pois retê-las a fim de que permaneçam, essas realidades para as quais iniciar a existir é idêntico a caminhar para o nada? Mas quem ama a existência aprova e utiliza essas coisas caducas, enquanto existem, mas dá o seu grande amor ao Ser que permanece sempre. E se o amor daquelas realidades o tornava inconstante, fortificar-se-á por esse amor ao Ser que sempre é. E caso se desesperar amando coisas passageiras, firmar-se-á amando o Ser que é permanente. Fixar-se-á e obterá aquele mesmo Ser que desejava quando temia deixar de existir e não podia se fixar, arrastado pelo amor das coisas fugazes (AGOSTINHO, 1995, p. 172-173).

RESUMO

A presente pesquisa procura mostrar o problema do mal moral em santo Agostinho de Hipona descrevendo o início de sua trajetória nesse problema que se dá sobretudo com o encontro com os maniqueus. Nesse sentido, primeiramente, pretende-se informar adequadamente do que se trata o maniqueísmo para vinculá-lo ao problema central da pesquisa, a saber, o livre-arbítrio. Doravante, a pesquisa apresenta a solução de Agostinho para o problema do mal moral, mostrando que o mal é deficiência de bem. Agostinho dialoga com Evódio em sua obra principal para este problema, que é o *De libero arbitrio*, a qual é a principal base para a pesquisa. Para o livre-arbítrio também é oferecido nesta pesquisa a “cura” ou solução, que, apesar de apenas sutilmente aparecer em *De libero arbitrio*, não deixa de ser impreterível recorrer, pois é fundamental para sanar o problema e desde o início de sua conversão já aparece. Refere-se, aqui, à graça de Deus. Para tanto, a pesquisa bibliográfica empreitada utilizou-se principalmente da obra *De libero arbitrio*, além dos escritos de Étienne Gilson, como comentador. Com base nessas fontes bibliográficas, considera-se que o objetivo da pesquisa foi atingido, qual seja, apresentar a compreensão agostiniana de livre-arbítrio e, demonstrar a responsabilidade inalienável do homem pela condução de sua vida.

Palavras-chave: Mal. Vontade. Livre-arbítrio. Liberdade. Graça. Santo Agostinho

ABSTRACT

The present research seeks to show the problem of moral evil in Saint Augustine of Hippo, describing the beginning of his trajectory in this problem, which occurs above all with his encounter with the Manicheans. In this sense, firstly, it is intended to adequately inform what Manicheism is about in order to link it to the central problem of the research, namely, free will. Henceforth, the research presents Augustine's solution to the problem of moral evil, showing that evil is a deficiency of good. Augustine's dialogues with Evodius in his main work for this problem, that is *De libero arbitrio*, which is the main basis for the research. For free will, this research also offers a "cure" or solution, which, despite appearing only subtly in *De libero arbitrio*, is imperative to resort to, as it is essential to remedy the problem and from the beginning of its conversion already appears. It refers here to the grace of God. For that, the bibliographical research undertaken was mainly used the work *De libero arbitrio*, in addition to the writings of Étienne Gilson, as a commentator. Based on these bibliographical sources, it is considered that the objective of the research was achieved, that is, to present the Augustinian understanding of free will and demonstrate the inalienable responsibility of man for the conduct of his life.

Key-words: Evil. Will. Free will. Freedom. Grace. St. Augustine.

RÉSUMÉ

La présente recherche a pour but démontrer le problème du mal moral chez saint Augustin d'Hippone, en décrivant le début de sa trajectoire dans ce problème, qui se produit surtout avec sa rencontre avec les manichéens. En ce sens, il s'agit d'abord de bien saisir ce qu'est le manichéisme afin de le rattacher au problème central de la recherche, à savoir, le libre arbitre. Désormais, la recherche présente la solution d'Augustin au problème du mal moral, en montrant que le mal est une déficience du bien. Augustin dialogue avec Évode dans son œuvre principal par rapport à ce problème, qui est le *De libero arbitrio*, lequel est la base principale de la recherche. Pour le libre arbitre, cette recherche propose également un « remède » ou une solution, auquel, bien qu'apparaissant seulement subtilement dans le *De libero arbitrio*, il est impératif de recourir, car il est essentiel de remédier le problème et dès le début de sa conversion apparaît déjà. Il se réfère ici à la grâce de Dieu. Pour cela, la recherche bibliographique entreprise a principalement utilisé l'ouvrage : *De libero arbitrio*, en plus des écrits d'Étienne Gilson, en tant que commentateur. Sur la base de ces sources bibliographiques, on considère que l'objectif de la recherche a été atteint, à savoir, présenter la compréhension augustinienne du libre arbitre et démontrer la responsabilité inaliénable de l'homme dans la conduite de sa vie.

Mots-clés: Mal. Volonté. Libre arbitre. Liberté. Grâce. Saint Augustin.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Cf - Confira

CIC – Catecismo da Igreja Católica

DTC – Dictionnaire de Théologie Catholique

Gn – Livro do Gênesis

Jo – Evangelho segundo João

Hb – Carta aos Hebreus

Rm – Carta de São Paulo aos Romanos

Sb – Livro da Sabedoria

Sr – Livro do Sirácida (Eclesiástico)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 A DESONERAÇÃO MORAL DO HOMEM.....	15
1.1 A doutrina de Mani.....	15
1.2 O problema do mal no maniqueísmo e a responsabilidade pelo mal moral.....	18
2 A (IN) EXISTÊNCIA DO MAL MORAL EM SANTO AGOSTINHO.....	24
2.1 Relação fé e razão.....	25
2.2 A causa do pecado; o pecado não pode ser culpa de Deus, mas do homem no abuso de seu livre-arbítrio.....	28
2.2.1 O pecado na ordem cosmológica de Agostinho.....	28
2.2.2 A concupiscência.....	30
2.2.3 A boa vontade em santo Agostinho.....	32
2.2.4 Não seria melhor ao homem carecer de livre-arbítrio?.....	35
3 O PECADO ORIGINAL E A DIREÇÃO DA VONTADE.....	37
3.1 A presciência de Deus e como isso poderia ser um problema à perspectiva agostiniana do livre-arbítrio.....	37
3.2 A Queda de Adão.....	38
3.3 Relação da graça com a vontade.....	41
CONCLUSÃO.....	46
APÊNDICE – PROBLEMAS POSTERIORES: NA REFORMA PROTESTANTE DO SÉCULO XVI, O PROBLEMA DO LIVRE-ARBÍTRIO, DA GRAÇA E DO PECADO ORIGINAL.....	48
BIBLIOGRAFIA.....	51

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso (TCC) trata do problema do mal e sua relação com a liberdade da vontade. Este tema geral tem impacto direto na responsabilização de cada um pelos seus próprios atos, que é um problema humano ainda hoje, especialmente diante da pluralidade de modos de vida contemporâneos. Isso conduz a questões nucleares, como a relação entre fé e razão, a origem do pecado e a cura para o homem decaído por culpa do Pecado Original. O tratamento deste problema será dado a partir da filosofia e da teologia de santo Agostinho, bispo de Hipona e Doutor da Igreja Católica, auxiliado pelo medievalista, Étienne Gilson, consagrado no campo da filosofia medieval.

O objetivo principal desta investigação é a de mostrar, com base em santo Agostinho, que o homem é, de fato, possuidor de livre-arbítrio e se peca é por sua própria culpa, não de Deus. Em suma, pretende-se mostrar como funciona o livre-arbítrio na óptica de santo Agostinho. Para tal, se faz necessário recorrer a uma visão histórica, apresentar brevemente como Agostinho adentrou numa seita de sua época que justamente negava o livre-arbítrio e explicar o que esta era. Depois disso, além de expor como ele abandonou a seita em questão, almeja-se demonstrar o pensamento de Agostinho sobre a questão do livre-arbítrio e a solução ao problema do livre-arbítrio, pois, afinal, porque fazemos o mal que não queremos (cf. Rm 7,19)?

Santo Agostinho de Hipona (*13/11/354 – †28/08/430), foi um grande bispo, filósofo e teólogo católico que teve uma vida de procura intensa pela verdade, desejo que ele mesmo descreve no início de suas *Confissões*: “Vós [Deus] o incitais [o homem] a que se deleite nos vossos louvores, porque nos criastes para Vós e o nosso coração vive inquieto, enquanto não repousa em Vós” (AGOSTINHO, 1958, p. 29). Agostinho foi esse homem que procurou ardentemente a verdade ao longo de sua vida e sua filosofia é uma filosofia que busca a verdade unida à fé à razão, como num esforço não meramente humano, mas auxiliado pelo Altíssimo.

O hiponense foi estudar retórica em Cartago, onde adentrou no maniqueísmo, que é a doutrina que o fez escrever o *De libero arbitrio*, onde refuta o maniqueísmo. Em contraposição ao maniqueísmo, santo Agostinho fala que o homem, criado por Deus, sumo bem, sendo Deus, sumamente bom, não pode ser o autor do mal, porque Deus, bondade infinita, só o bem pode fazer. Logo o autor do mal não pode ser Ele e por ter sido o homem criado por Deus, o homem é essencialmente um bem. Quem é o autor do mal? Bom, Deus ao criar o homem não o criou escravo da Vontade divina, mas, pelo contrário, cada um pode

conhecer pela própria experiência existencial que possui o poder de escolha e, esse poder de escolher, é chamado de livre-arbítrio.

É o livre-arbítrio, dom de Deus, que juntamente com a razão faz do homem um ser diferente dos animais. O livre-arbítrio pode ser considerado um bem médio, porque pode se voltar para o mal (rejeição de Deus e de si mesmo) ou para o bem (fazendo a Vontade de Deus que realiza o homem). Logo, o homem dotado do livre-arbítrio pode fazer o mal. Mas, o que é o mal? O mal é a ausência ou a privação de bem. Todo bem vem de Deus, e o mal é a deformidade nas substâncias das perfeições de medida, forma e ordem (*modus, species, ordo*). Em vista disso, o mal não é mais concebido como um elemento material, que faz parte do ser do homem, mas uma deformidade de sua real natureza.

A verdadeira liberdade é amar e servir a Deus e aí se encontra a beatitude, o livre arbítrio serve para que possa o homem optar livremente pelo Criador. Sem o livre-arbítrio, não se poderia falar de recompensa ou castigo, pois a escolha não existiria. Porém o livre-arbítrio, depois da queda do homem, no Pecado Original, ficou com sua natureza debilitada e o que antes não era difícil – cumprir com o que sua natureza demandava – agora demanda esforço. É a graça do Cristo que vem em socorro do homem para ajudá-lo a cumprir o que Deus lhe pede. Longe de cair no pelagianismo, santo Agostinho tem presente a necessidade da graça de Deus, necessária para que o homem possa realizar o bem e cumprir a sua finalidade, que é a sua união com Deus e nisso consiste a *Beata Vita*.

O agostianismo é a filosofia unida à prática, a fé unida à razão, que propõe com o auxílio divino a *vivência* da fé *viva*. Santo Agostinho ao demonstrar o livre-arbítrio rejeita o materialismo maniqueísta e influencia a filosofia medieval que seguirá. Sua vida e obra são um dos pilares da filosofia medieval e influenciaram a sociedade de sua época e ainda hoje.

Este é um tema que pode parecer de primeira vista, algo que só interesse para padres, religiosos ou leigos engajados; algo fora de seu tempo e que não intui interesse, afinal, toda a tese do livre-arbítrio de Agostinho pressupõe a crença em Deus e possuir fé. De fato, o hiponense ocupa larga parte do Livro II de *De libero arbitrio* para provar a existência de Deus. Para o santo Doutor: “se não o crerdes não entendereis” (1995, p.78), logo, a fé se faz mister. Porém, é uma fé que não excluía a racionalidade, pois para Agostinho mesmo que a fé revele a verdade, isso não exclui de forma alguma o homem de buscar as razões de aquela verdade ser verdade, como se lê no diálogo d’*O livre arbitrio*: “Agora, porém, a respeito dessas verdades confiadas à nossa fé, esforçamo-nos de ter igualmente um conhecimento pela razão, mantendo-as com certeza plena” (1995, p. 31). Sendo assim, a temática de Agostinho não se trata de um fideísmo e de algo de interesse único a religiosos. A perspectiva de santo

Agostinho diz respeito a questões da própria concepção de ser humano e da responsabilidade de cada um para com sua vida e para com a dos outros. É célebre a seguinte frase do bispo de Hipona em um de seus sermões, dizia ele o seguinte: “Deus nos criou sem nós, mas não quis salvar-nos sem nós” (CIC, nº 1847)¹. Ou seja, cada um é responsável pela sua história. A sua vida não pode ser alienada. A vida não é “terceirizada”. Deus, nessa perspectiva, não é alguém que constrange a vontade humana, mas dá a liberdade. Mas, como isso acontece? Isso se verá no decorrer deste TCC.

Para tal, foi feito uso, principalmente, das obras de santo Agostinho: *O livre-arbítrio* (1995) e *A vida feliz* (1998), da coleção de patrística da editora Paulus; e de *Introdução ao estudo de santo Agostinho*, de Étienne Gilson, grande medievalista. Também outras obras foram usadas para escrever este TCC, como pode se conferir na bibliografia, uma em destaque é o *Dictionnaire de Théologie Catholique* (1927)², do qual foi usado o artigo sobre o maniqueísmo que foi abordado no primeiro capítulo.

O TCC é dividido em três capítulos. O primeiro capítulo, que se intitula: “A desoneração moral do homem”, apresenta uma visão mais histórica e contextualiza o problema do livre-arbítrio. Este primeiro capítulo é dividido em dois pontos, a saber: “1.1 A doutrina de Mani” e “1.2 O problema do mal no maniqueísmo e a responsabilidade pelo mal moral”. No segundo capítulo está contido o coração da pesquisa, onde os principais problemas do livre-arbítrio serão abordados. O capítulo se chama “A (in) existência do mal moral em santo Agostinho” e é dividido em duas partes principais e outras quatro secundárias. São elas: “2.1 Relação fé e razão”; “2.2 A causa do pecado; o pecado não pode ser culpa de Deus, mas do homem no abuso de seu livre-arbítrio”; “2.2.1 O pecado na ordem cosmológica de Agostinho”; “2.2.2 A concupiscência”; “2.2.3 A boa vontade em santo Agostinho”; e “2.2.4 Não seria melhor ao homem carecer de livre-arbítrio?”. O terceiro e último capítulo, “O Pecado Original e a direção da vontade”, trata de uma apresentação da solução ao problema da vontade defeituosa do homem, incluindo explicações que excedem o *De libero arbitrio*, mas que são fundamentais para a compreensão do problema do livre-arbítrio. Apresentamos neste capítulo, ainda no seu início, uma questão pertinente que é a da predestinação. O capítulo se divide em três blocos: “3.1 A presciência de Deus e como isso poderia ser um problema à perspectiva agostiniana do livre-arbítrio”; “3.2 A Queda de Adão”; e “3.3 Relação da graça com a vontade”. Ainda, em forma de apêndice, está incluso uma atualização do

¹ Santo Agostinho, *Sermão* 169, 11, 13: PL 38, 923.

² O “Dicionário de Teologia Católica”, em português, é uma obra monumental que demorou cerca de 50 anos para ser concluída onde é exposta a doutrina e a história da teologia católica.

problema que volta a aparecer com força no início da Idade Moderna, intitulado: “Problemas posteriores: na Reforma Protestante do século XVI, o problema do livre-arbítrio, da graça e do Pecado Original”.

1 A DESONERAÇÃO MORAL DO HOMEM

É o homem responsável pelas consequências de sua ação ou tal responsabilidade lhe é dissociada? Em que se justifica a imputabilidade do homem pelos seus atos? Em que medida a ideia do homem ser feito à imagem de Deus sugere impactos sobre a responsabilidade moral dos indivíduos? Bem, para se tratar destas questões, dedicar-se-á este capítulo, que versa, justamente, como anunciado no título, sobre a possibilidade de desoneração moral do homem. Deste modo, na primeira parte, serão abordados aspectos principais da doutrina de Mani (ou Manes/Maniqueu), que se torna importante para a melhor compreensão da seita a qual santo Agostinho havia adentrado no início de sua busca pela verdade e cujo problema do mal contido em *De libero arbitrio* foi dela derivado. O aspecto mais importante que cabe destacar é de entender como essa forma de encarar o mal moral, pelo maniqueísmo, deixa de lado a responsabilização das ações que o sujeito pratica. Ainda neste capítulo, se mostrará um contraponto a tal doutrina segundo santo Agostinho, tomando por base a obra *O livre-arbítrio*.

1.1 A doutrina de Mani

Tratar-se-á, de imediato, da primeira pergunta que pode aparecer a partir deste subtítulo: afinal, quem foi Mani? Bem, Mani é de certa forma uma espécie de mito, ao mesmo tempo em que foi alguém real. A figura de Mani foi mitificada pelos seus correligionários. O próprio nome “Mani”, na sua etimologia é desconhecido. Ele pode significar: “(...) um espírito do mundo luminoso (...)” (DTC, 1927, p. 1858)³, mas não é certo, é apenas uma suposição, com um certo fundamento, mas ainda assim uma suposição. Quanto ao mais importante nesse caso que é a vida e não o nome dele, “é difícil em meio às divergências das fontes se fazer uma ideia completa da vida de Mani” (DTC, 1927, p. 1858, tradução nossa)⁴. Apesar da dificuldade, muitas coisas se podem constatar e se concluir da vida dele.

Mani deve ter nascido entre 215-216 em Mardin: ele foi aluno na seita dos maughtasilas, a qual ele abandonou aos 24 anos, por causa das revelações⁵. Ele começou então a pregar sua doutrina, teve de deixar a Pérsia, e durante quase 40

³ “La signification étymologique de ce nom est inconnue (...) Il est vraisemblable que le nom de Manès se rattache à une racine araméo-babylonienne et peut être identifié à celui de Mena, qui, chez les Mandéens, sert à désigner un esprit du monde lumineux” (DTC, 1927, p. 1858).

⁴ “Il est difficile, au milieu des divergences de nos sources, de se faire une idée complète de la vie de Mani” (DTC, 1927, p. 1858).

⁵ Mani teria tido revelações místicas já aos 12 anos de idade, o anjo teria dito que ele não pertencia àquela seita, que sua missão era moderar os costumes e refrear os impulsos carnisais, mas que sua idade era muito pequena e que devia esperar, o anjo voltou 12 anos depois e disse que chegara o tempo (DTC, 1927).

anos, levou uma vida errante de missionário, escritor e pregador através das regiões mais diversas da Ásia. Voltou à Pérsia sob o regime de Bahram I, uma conspiração de magos⁶ o fez perecer. Ele foi esfolado, decapitado e empalhado entre 276-277 em Dschoundisbour, a nova capital dos reis da Pérsia (DTC, 1927, p. 1863-1864, tradução nossa).⁷

Mani se dizia apóstolo de Jesus Cristo, mas relativizava as religiões, fazia sincretismo religioso e, para ele, tanto Buda, quanto Zoroastro e Jesus Cristo, eram considerados profetas de Deus, mesmo que Jesus tivesse um lugar muito especial no maniqueísmo, mais importante até que os outros, mas, para ele a profecia se realizava em si próprio, ele se auto intitulava o mensageiro verdadeiro de Deus e o último dos reveladores.

A maioria da produção de Mani se deve à influência das diversas religiões e superstições locais e, portanto, a originalidade de suas elaborações advém da sistematização de um grande número de elementos esparsos. A doutrina ensinada por Mani possuía um corpo completo que seus correligionários procuraram passar adiante sem alterar nada, mesmo com o passar do tempo e da diferença de locais, como o maniqueísmo que conheceu santo Agostinho no século IV-V, e do maniqueísmo na China, que durou ao menos até o fim do século XIV⁸, essencialmente, eles nada diferem, apesar de alguns detalhes (DTC, 1927).

O maniqueísmo é um certo enigma, nascido bruscamente em meados do século III na Babilônia, local este de grande sincretismo religioso, lá se encontravam e se misturavam várias religiões, como o cristianismo, o judaísmo, o mitraísmo e as velhas religiões locais da Caldeia (DTC, 1927)⁹. Ele consistia em “(...) um vivo racionalismo (...) um marcado materialismo, (...) [e] um dualismo radical (...)” (REALE/ANTISERI, 1990, p. 430). Mani, seu fundador, considerava a matéria má, criada pelo princípio mal, e concebia a existência de um Reino de Luz, onde habitava o “Pai das Luzes”.

No Dicionário de Teologia Católica (DTC, 1927) se lê que “a base do sistema maniqueísta é o dualismo. Existe desde toda a eternidade dois princípios opostos: o bem e o mal, a Luz e as Trevas. ‘Cada um, segundo Mani, é incriado e sem começo (...) e eles não têm

⁶ Sacerdotes do zoroastrismo.

⁷ “Mani dut naître vers 215-216 à Mardin : il fut élevé dans la secte des moughtasilas, qu’il abandonna vers l’âge de 24 ans, à la suite de révélation. Il commença alors à prêcher sa doctrine, dut quitter la Perse, et, pendant près de 40 ans, mena une vie errante de missionnaire, écrivant et prêchant à travers les régions les plus diverses de l’Asie. Rentré en Perse sous le règne de Bahram Ier, une conspiration de mages le perdit. Il fut écorché, décapité et empaillé vers 276-277 à Dschoundisbour, la nouvelle capitale des rois de Perse” (DTC, 1927, p. 1863-1864).

⁸ “A la fin du XI^e siècle, un article du code des Ming condamne une dernière fois la religion du vénérable de la lumière. Son éclat était dès lors bien amoindri” (DTC, 1927, p. 1871).

⁹ “Apparu brusquement, vers le milieu du III^e siècle, en Babylonie, c’est-à-dire dans un pays de syncrétisme religieux intense dans lequel se rencontraient et se mélangeaient les influences les plus diverses : celles du christianisme, du judaïsme, du mithraïsme, des vieilles religions locales de la Chaldée (...)” (DTC, 1927, p. 1841).

nada em comum, um com o outro” (DTC, p. 1872, tradução nossa)¹⁰. Para os maniqueus seria Deus o bem e Satanás o mal. Deus só poderia ser acessado pelo uso da razão. O homem para o maniqueísmo seria composto de três partes, a saber: “(...) corpo, oriundo do mal, de espírito, oriundo de Deus, e de alma sensível, cheia de maus apetites e dominada por Satanás” (AGOSTINHO, 1958, p. 78 – nota do tradutor).

Na teoria maniquéia da criação do mundo se encontra uma batalha das forças do mal contra as forças do bem. No princípio haviam dois mundos totalmente distintos, o Reino das Luzes e o Reino das Trevas, e havia a paz no universo, porém, quando os demônios (das Trevas) vislumbraram o mundo da luz nas fronteiras (entre os dois mundos), maquinaram entre eles contra o Reino da Luz em vista de se misturarem com ela. Disso surge a luta dos dois princípios. O homem primitivo, que habitava no Reino da Luz, foi lutar revestido dos cinco deuses do mundo da luz. Mas, ele era fraco em comparação ao demônio e foi devorado por ele (DTC, 1927). “As porções da alma, subitamente mergulhadas na matéria, perderam com a inteligência a lembrança de sua condição primeira. Mas sua desgraça era apenas provisória. Ela devia servir para preparar o triunfo do ‘Pai das Luzes’” (DTC, 1927, p. 1874, tradução nossa)¹¹. Em consequência de tudo isso, eis que surge uma segunda criação: “(...) o Espírito [vivo] se fez demiurgo e começou a organizar a matéria de modo a separar os elementos luminosos de seus invólucros obscuros” (DTC, 1927, p. 1874 – tradução nossa)¹².

Desse modo, tudo no mundo criado possui um lado bom e ruim, em lembrança daquela mesma criação. Para o governo da terra, foram criados, segundo os maniqueus, vários auxiliares que ajudavam o Espírito nessa tarefa. Mesmo o sol e a lua desempenhavam uma função escatológica no universo maniqueu de primeiro grau, servindo de barca para o paraíso e regulando através dessas viagens as estações e o que envolve os dois astros (DTC, 1927).

A matéria é má, segundo eles, como já dito, mas ela contém parcelas de luz que deviam ser liberadas (essa é a suma missão dos profetas e do mensageiro da luz – Mani; a liberação das partículas da luz). O homem, nesse sistema dualista, possuía duas almas, uma boa e outra má. O pecado é fruto da alma má, pois a boa, nada de mal poderia fazer.

A origem do homem no maniqueísmo é um tanto complexa. O homem foi criado por uma ideia demoníaca, pelo chefe dos demônios, Saelas, para rivalizar com o “Homem

¹⁰ “La base du système manichéen, c'est le dualisme. Il y a de toute éternité deux principes opposés : le Bien et le Mal, la Lumière et les Ténèbres. ‘Chacun d'eux, déclare Mani, est incréé et sans commencement (...) Et ils n'ont rien de commun l'un avec l'autre...’” (DTC, 1927, p. 1872).

¹¹ “Les portions de l'âme, subitement plongées dans la matière, perdirent avec l'intelligence le souvenir de leur condition première. Mais leur déchéance n'était que provisoire. Elle devait servir à préparer le triomphe du Père des Lumières” (DTC, 1927, p. 1874).

¹² “ (...) l'Esprit se fit demiurge : il commença à organiser la matière, de façon à séparer les éléments lumineux de leur gangue obscure” (DTC, 1927, p. 1874).

primitivo”. Para isso, ele reuniu em sua pessoa todos os restos de luz que ficaram no mundo. O chefe dos demônios fez com que os demônios, machos e fêmeas se acasalassem e o fruto de sua união serviu de alimento para Saelas (eles colocaram muita força nesse alimento que nutriu o demônio chefe). Após isso, ele se relacionou com sua esposa e semeou nela o mal que devorou e ele acrescentou algo de seu pensamento e de sua força para que seu próprio sentido lhe desse forma e figura para todos esses elementos que ele dispersou (DTC, 1927).

Adão, na perspectiva maniqueia, primeiro filho do chefe dos demônios com sua esposa, era o mais perfeito dos homens novos, pois era o primeiro nascido, cheio de elementos luminosos. Eva, segunda cria dos demônios, era o contrário de Adão. “Adão devia procurar liberar os elementos luminosos que possuía nele mesmo” (DTC, 1927, p. 1877, tradução nossa)¹³. Jesus teria alertado Adão sobre que tipo era a Eva. Adão inicialmente teria escutado a Jesus, porém, Eva¹⁴ teria sido ardilosa e o induzido ao pecado também¹⁵. Apesar disso, posteriormente Adão se arrependeu e levou uma vida virtuosa.

Bem, disso tudo, temos que o homem, para os maniqueus, não é o responsável direto pelas consequências de sua ação. Tal entendimento de desoneração moral do homem, retira, de imediato, características humanas fundamentais, como a capacidade discernimento e tomada de decisão, desprestigiando, assim, a afirmação de que a ação humana sempre pode ser de outra maneira.

1.2 O problema do mal no maniqueísmo e a responsabilidade pelo mal moral

O encontro de santo Agostinho com o maniqueísmo se deu por conta de seu deslocamento em função dos estudos de retórica em Cartago (em 370/371), estudo que na época não servia senão para ser professor, já que tal estudo não mais exercia tamanha influência social como em tempos passados. Foi em Cartago que Agostinho adentrou no maniqueísmo aos dezenove anos (em 374), esta heresia marcou fortemente a biografia do santo e foi por causa dela que o *De libero arbitrio* foi escrito (iniciado em 388, e reiniciado em 391, concluído em 394/395).

¹³ “(...) Adam devait chercher à dégager les éléments lumineux qu'il possédait en lui” (DTC, 1927, p. 1877).

¹⁴ Para os maniqueus, Eva teria tido relações com seu pai (o chefe dos demônios) e gerado Caim com o qual as teve também (DTC, 1927).

¹⁵ Alguns maniqueus, talvez mesmo Mani, acreditavam que a serpente do Jardim do Éden era o próprio Jesus, ou Isa – enviado pelo “Homem primitivo” e pelo “Espírito vivo” (DTC, 1927, p. 1878).

Agostinho se decepcionou muito com a doutrina maniqueísta depois do encontro com Fausto¹⁶, que era o grande expoente do maniqueísmo naquela época, o qual não conseguiu responder às perguntas de Agostinho e possuía nível intelectual abaixo do esperado. Santo Agostinho foi se afastando do maniqueísmo entre 383/384 e não abraçou os cétricos porque não via ali o nome de Cristo.

A doutrina maniqueísta negava a real humanidade de Cristo e não acreditava na Trindade, colocando o Espírito Santo como menor que o Filho e o Pai. O Cristo não era para os maniqueus o Salvador que remiu a humanidade de seus pecados no lenho da Santa Cruz¹⁷, mas uma espécie de “iluminado”, que, nas palavras de Freitas, “(...) é salvador apenas e na medida em que vem despertar os homens para a consciência da sua natureza divina” (1991, p. 612). É preciso ter em mente que Mani rejeitava a Encarnação do Verbo Divino, pois ele rejeitava a humanidade de Cristo, afinal a matéria era má e Cristo só tinha, portanto, aparência de homem.

É mister destacar que, para Mani, o Antigo Testamento era obra do diabo e o Deus cristão e judaico era um deus falso, Moisés, por exemplo, teria falado pelo príncipe das Trevas (DTC, 1927). Para Mani, a ciência da salvação pertencia a Jesus, ela consistia num renascimento que “se operava quando o espírito caído recuperava a memória de seu primeiro estado e se dá conta de sua atual miséria” (DTC, 1927, p. 1877, tradução nossa)¹⁸.

Mani, se autointitulava Profeta e Apóstolo da Luz (Freitas, 1991) e anunciava o dom da gnose, dom do Pai, para libertar o homem. Os eleitos (detentores da gnose)¹⁹, por sua vez, “pelo conhecimento e pela vida (...) vão libertando gradualmente as partículas luminosas esparsas no cosmos e imersas na matéria (...), que assim se tornam redentores dos homens e do mundo, consumindo a vida em reconhecer para distinguir, separar e escolher” (FREITAS, 1991, p. 611-612). O maniqueísmo engendrava um rigoroso quadro moral, altamente ascético, composto dos três selos, da boca, da mão e do seio. O maior rigor caía principalmente para os eleitos, com restrições de sexo, comidas, bebidas, até caminhar se devia evitar para não

¹⁶ “Quanto ao mais, todo o esforço que determinadamente me impusera a fim de progredir nesta seita, ruiu por completo logo que conheci aquele homem, mas não de tal forma que dos maniqueístas me separasse radicalmente” (AGOSTINHO, 1958, p. 120).

¹⁷ Eles não concebiam nem o sacrifício incruento da missa. Não tinham, portanto, altares em seus locais de oração, é dito, outrossim, que, o único templo deles era a alma do justo e o único altar um espírito cultivado (DTC, 1927).

¹⁸ “La renaissance s'opère lorsque l'esprit déchu retrouve la mémoire de son premier état et se rend compte de son actuelle misère” (DTC, 1927, p. 1877).

¹⁹ Nem todos detinham a gnose, a gnose não era para todos e os que viviam detendo-a deviam seguir preceitos que outros não precisavam. Os outros, chamados de auditores, catecúmenos ou ouvintes, eram os que deviam sustentar esses, e era devido a esses eleitos, altamente ascéticos, uma espécie de “justificação” para a igreja maniqueia, porque eles eram libertadores da luz e iluminavam seus irmãos.

machucar a terra (DTC, 1927)²⁰. Talvez o mais importante selo seja o do seio, que se opõe à propagação do mal. Evitar ter filhos de toda forma, era importantíssimo para eles. O problema repousava na possibilidade de algum elemento luminoso ficar preso a um invólucro material. A procura do prazer por si mesmo, é menos pecaminosa para o maniqueísmo que a procriação.

Os eleitos eram sustentados por esmola²¹ pelos auditores (ouvintes ou catecúmenos), que ouviam a pregação, mas não a punham em prática, só os eleitos eram batizados e recebiam uma espécie de eucaristia. Santo Agostinho fazia parte do grupo dos auditores (DTC, 1927).

A salvação era reservada somente aos maniqueus, os eleitos entravam direto para o paraíso enquanto que os auditores ficavam neste mundo passando de um corpo ao outro até chegarem ao corpo de um eleito enquanto que os pecadores (os não-maniqueus) iam reto para o fogo do inferno²². No entanto, a separação dos bons e dos maus demorará para se realizar, pois necessita dos elementos luminosos caídos neste mundo, que se separem da matéria e retornem, assim, à sua fonte primeira.

O mal para o maniqueísmo possuía um sentido ontológico, chegava-se a negar até mesmo a culpa do pecado ao homem, atribuindo-a “(...) ao princípio universal do mal que atua em nós” (REALE/ANTISERI, 1990, p. 431), o que anulava a responsabilidade dos atos, como o próprio Agostinho relata em suas *Confissões*, pois “quando procedia mal, não confessava a minha culpabilidade, para que me pudésseis curar a alma, já que Vos tinha ofendido, mas gostava de a desculpar e de acusar uma outra coisa que estava comigo e que não era eu” (1958, p. 125).

Os próprios maniqueus não viviam a vida regrada e ascética que os “iluminados” viviam. Eles escutavam a pregação, mas, não a punham em prática (era por demais rigorosa), ainda por cima quando pecavam, não atribuíam o mal praticado a si, mas ao princípio mal que todos possuiriam, o que mina a responsabilização de cada um pelos seus atos.

Santo Agostinho sempre manteve uma certa fé em Cristo e foi também por isso que adentrou ao maniqueísmo pois estes falavam de Cristo. Agostinho, leitor de Cícero, se decepcionou com a visão de um Deus que caminha com o homem no jardim do Éden, um

²⁰ “Le vrai manichéen ne devait ni labourer, ni couper les pierres, ni se laver, ni même marcher pour éviter de faire du mal à la terre” (DTC, 1927, p. 1880).

²¹ Aos eleitos e somente aos eleitos era destinada a esmola (DTC, 1927).

²² Os auditores mesmo que não iriam direto para o paraíso do “Pai das Luzes” depois da morte, o qual é reservado somente aos eleitos, por sua vez, seriam salvos pelas obras praticadas, pela defesa do maniqueísmo e da “verdade”, mesmo que, como já dito, ficariam neste mundo passando de corpo em corpo até chegar ao de um eleito (DTC, 1927).

Deus que assumiu a carne humana e, assim, se decepcionou com a Bíblia. O maniqueísmo com seu materialismo e suposto racionalismo encantou Agostinho e satisfez também sua sede de Deus por nele se falar bastante de Jesus²³. Contudo, a sede de verdade no santo o fez abandonar o maniqueísmo por esse ser infundado na verdade, apresentar-se como uma leitura racional das Sagradas Escrituras, mas, que em comparação com a ciência se desmancha em nada (GILSON, 2010). Pode se ver em suas *Confissões* as comparações que Agostinho faz da doutrina maniqueísta com os conhecimentos astronômicos que possuía, dizia ele que “os livros desta seita (...) estão recheados de intermináveis fábulas, acerca do céu, dos astros, do sol e da lua. Já não esperava que me pudesse explicar [Fausto] argutamente aquelas teorias (...) comparando-as com os cálculos astronômicos, que eu em outras partes lera (...)” (1958, p. 119). Agostinho também punha a doutrina em xeque com a filosofia:

Como eu tinha lido muitos filósofos e conservava na memória as suas teorias, comparava algumas delas com as longas fábulas dos maniqueístas. As doutrinas dos filósofos, pareciam-me mais prováveis porque “se mostraram com poder de avaliar o tempo presente, ainda que de modo algum encontrariam o seu Deus”²⁴ (1958, p. 113).

Um outro problema que se passa no maniqueísmo é da ordem da concepção própria do ser humano, a não compreensão de si mesmo, a concepção mitológica de Mani acaba por afastar o homem de uma vida sadia e de boa moral, pois o maniqueísmo acabava por retirar do homem o sentimento de culpa (AGOSTINHO, 1995). Segundo santo Agostinho, o fato de o homem enxergar-se imagem e semelhança de Deus “(...) é reconhecido por aquele que se conhece a si mesmo” (AGOSTINHO, 1998, p. 19). Uma boa visão antropológica²⁵ e ontológica do próprio ser humano é importante para que se viva de maneira ordeira. Segundo Étienne Gilson, o problema do mal “(...) depende essencialmente da metafísica, pois a vontade humana é apenas um fragmento da ordem universal. Para resolvê-lo é necessário

²³ Porém, não adianta só falar de Deus, se deve falar a verdade. Mentir sobre Ele não é bom, pois como diz o hiponense em suas *Confissões*: “Havia na sua boca laços do demônio e um engodo, preparado com a mistura de sílabas do Vosso nome, do de Nosso Senhor Jesus Cristo e do Paráclito consolador, o Espírito Santo. Jamais estes nomes se lhes retiravam dos lábios, mas eram apenas sons e estrépito da língua. O seu coração estava vazio de sinceridade” (AGOSTINHO, 1958, p. 75).

²⁴ Referência a Sb 13,9. Nesta pesquisa as referências à Bíblia se remeterão à edição: BÍBLIA SAGRADA. Trad. CNBB. 2. ed. Brasília: Edições CNBB, 2019.

²⁵ Apesar disso, neste ponto de “boa visão antropológica”, santo Agostinho, em sua filosofia, não consegue compreendê-la corretamente. A boa visão antropológica do homem, sendo ele, um composto substancial de corpo e alma, não justapostos como na filosofia de Platão, mas, composto substancial, só se alcançaria plenamente com santo Tomás de Aquino no século XIII. Porquanto para santo Agostinho não era clara a definição de como se relaciona a alma e o corpo no homem (GILSON, 2020). Para a filosofia tomista, diferentemente da platônica e a de santo Agostinho, que encaravam o homem como “(...) uma alma que se serve de um corpo” (GILSON, 2020, p. 249), o homem “(...) é a unidade de uma alma que substancializa seu corpo, e do corpo em que essa alma subsiste” (GILSON, 2020, p. 252).

partir da consideração do ser” (2010, p. 271). Ele destaca que Deus criou o homem e as outras criaturas do nada (*creatio ex nihilo*) e “o que vem do nada não participa somente do ser, mas do não ser” (2010, p. 272), desta forma, as coisas criadas tendem à mutabilidade²⁶.

Qualquer que seja a substância que consideremos, espiritual ou corporal, Deus lhe conferiu a medida, a forma e a ordem (*modus, species, ordo*). (...) Mas a natureza é proporcional ao bem; assim, medida, forma e ordem superiores implicam uma natureza superior; inferiores, supõe uma natureza inferior; nulas, correspondem a uma natureza nula. Ora, *nulla natura* é, como queiramos, natureza nula ou nula natureza; de todo modo, é o nada. Assim, dado que toda natureza consiste em três perfeições, toda natureza é boa por definição (GILSON, 2010, p. 272-273).

Sendo assim, o mal não pode ser, mas, é pura ausência de ser, porque tudo que é tem certo bem, e o mal é a total ausência de bem. Neste mesmo sentido, “(...) não basta admitir que os maniqueus erraram ao considerar o mal como um ser (...) sendo nada por definição, o mal sequer pode ser concebido fora de um bem. Para que haja um mal, é necessário que haja privação” (GILSON, 2010, p. 273).

Em são Paulo, santo Agostinho encontrou algumas luzes às suas questões, pois nele se encontra o papel da graça que permite que vivamos a Lei de Deus, o que sem ela, não é possível agirmos como queremos (GILSON, 2010). São Paulo, com isso, nega o maniqueísmo, pois já não é o princípio mal que age em nós puxando para o mal, mas, sim, a nossa natureza decaída pelo Pecado Original que não permite que façamos o bem que queremos e sim o mal que não queremos.

Sabemos que a lei é espiritual; eu, porém, sou carnal, vendido ao pecado. De fato, não entendo o que faço, pois, não faço o que quero, mas o que detesto. Se faço o que não quero, concordo que a Lei é boa. Nesse caso, já não sou eu que faço isso, mas o pecado que habita em mim. De fato, estou ciente de que o bem não habita em mim, isto é, na minha carne, pois querer o bem está ao meu alcance, mas não realizá-lo. Não faço o bem que quero, mas faço o mal que não quero, então já não sou eu que estou agindo, mas o pecado que habita em mim. Portanto, descubro em mim esta lei: quando quero fazer o bem, é o mal que se me apresenta. Como homem interior, ponho toda a minha satisfação na Lei de Deus, mas sinto em meus membros outra lei, que luta contra a lei de minha mente e me aprisiona na lei do pecado, que está nos meus membros.

Infeliz que eu sou! Quem me libertará deste corpo de morte? Graças sejam dadas a Deus por Jesus Cristo, nosso Senhor. Portanto, pela minha mente sirvo à Lei de Deus, mas pela carne sirvo à lei do pecado (Rm 7,14-25).

É somente a graça de Deus que possibilita o homem decaído pelo pecado praticar o bem. “Por sua paixão, Cristo livrou-nos de Satanás e do pecado. Ele nos mereceu a vida nova

²⁶ Com o homem, Deus originalmente concedeu dons, ditos, preternaturais para que se evitasse toda corrupção, dons estes perdidos com o Pecado Original pelos primeiros pais.

no Espírito Santo. Sua graça restaura o que o pecado deteriorou em nós” (CIC, nº 1708). Todo bem só vem de Deus e não está ao alcance do homem praticá-lo longe d’Ele. Pois a natureza humana decaída pelo pecado original não pode mais fazer livremente o bem, mas necessita do auxílio da graça, não é o “princípio mal” que age em nós, mas é a nossa própria natureza corrompida que impossibilita a prática do bem. Cristo, como diz o Catecismo da Igreja Católica dá ao homem a graça de vencer o pecado e viver a vida da graça.

Ademais, já no início de *De libero arbitrio*, santo Agostinho ao falar que Deus pune os maus e recompensa os bons, sendo Ele bom e justo²⁷, é visto que existe o ato livre²⁸. Deus não é o autor do mal moral, porém castiga²⁹ os que agem mau, por ser Ele justo, e esse castigo não é mal, mas é justiça e aos olhos da fé um bem.

Quando o hiponense fala, logo no início d’*O Livre arbitrio*, sobre o ato livre, é aos maniqueus que visa. Os maniqueus afirmavam “(...) que a responsabilidade humana é mera ilusão, pois todo o coração humano é habitado por uma mistura de elementos luminosos e tenebrosos. Em consequência, todo mal que fazemos, não somos nós que o praticamos, mas o princípio do mal, cativo em nós” (AGOSTINHO, 1995, p. 243 – nota da tradutora).

Dessa forma se observa a cegueira que envolvia Agostinho enquanto aquele jovem envolto na imoralidade, mas ao mesmo passo na procura da verdade, apesar de ser participante da seita dos maniqueus. O santo hiponense desenvolvera em sua obra *De libero arbitrio*, a contestação do maniqueísmo e a teoria de que o mal não é, o mal é a ausência de bem, o mal não é nada, longe de materializar o mal como era feito no maniqueísmo, Agostinho demonstra em sua obra que o mal é a escolha voluntária do homem que livremente opta pelo mal e não pelo bem. Inicia-se, aqui, um exercício filosófico com intuito de demonstrar que o responsável pelo mal no mundo é o homem, não Deus. Tal entendimento faz frente à compreensão maniqueísta fundada em um dualismo radical entre duas forças opostas, divinas e, principalmente, externas ao homem, o bem e o mal.

²⁷ “(...) Deus é bom – e não nos é permitido pensar de outro modo –, Deus não pode praticar o mal. Por outro lado, se proclamamos ser ele justo – e negá-lo seria blasfêmia –, Deus deve distribuir recompensas aos bons, assim como castigos aos maus” (AGOSTINHO, 1995, p. 25).

²⁸ “(...) o mal não poderia ser cometido sem ter algum autor (...) cada pessoa ao cometê-lo é o autor de sua má ação (...) as más ações são punidas pela justiça de Deus. Ora, elas não seriam punidas com justiça, se não tivessem sido praticadas de modo voluntário” (AGOSTINHO, 1995, p. 25-26).

²⁹ A palavra “castigo”, assume atualmente uma conotação negativa, que dá a impressão de uma espécie de punição tirânica, o prazer de ver o outro sofrer, mas, o sentido aqui empregado, nada tem disso, além do que, não é possível atribuir ao Sumo Bem tal barbárie. O sentido do castigo divino, é um castigo educativo, uma permissão benévola da bondade de Deus afim de que seus filhos alcancem a Salvação, “pois o Senhor corrige a quem ele ama e castiga a quem aceita como filho” (Hb 12,6). Segundo santo Tomás “(...) se a intenção de quem se vinga visa principalmente um bem, que obteria punindo o pecador (...) nesse caso a vingança pode ser lícita, uma vez observadas as circunstâncias devidas” (DE AQUINO, 2016b, p. 654).

2 A (IN) EXISTÊNCIA DO MAL MORAL EM SANTO AGOSTINHO

No capítulo precedente, viu-se que a doutrina maniqueísta afirmava que o mal era material e que as nossas ações más eram devidas ao princípio mal presente em cada indivíduo, porém de origem divina e não humana. Em contrapartida, a visão agostiniana defende que o mal não é em si mesmo, ou seja, ele não tem uma realidade ontológica, o que o reduz apenas a uma privação do bem e, portanto, imaterial. Étienne Gilson destaca a contradição e a impossibilidade de se conceber o mal como uma realidade material:

Se Deus é material, por razões mais fortes, as Trevas o são; a materialidade é, de alguma maneira, sua definição; se o princípio do mal é material, então é necessariamente real; por essa razão, é real todo mal particular que participa deste princípio, de modo que, de qualquer ponto de vista, o mal aparece como uma realidade positiva cuja coexistência com um Deus perfeito torna-se difícil de ser concebida (...) o dualismo maniqueísta (...) vivia do materialismo da seita e de sua cegueira em relação ao que é puramente espiritual (2010, p. 437).

Agostinho não conseguia se desvencilhar do maniqueísmo e conceber uma realidade puramente espiritual por sua razão viciada e seu coração corrompido, porém, ele conseguiu romper com isso, por conta dos sermões de santo Ambrósio³⁰, de seu encontro com o neoplatonismo³¹, especialmente Porfírio e Plotino e com as cartas de são Paulo³² (GILSON, 2010). O maniqueísmo se dizia, como dito no capítulo anterior, racionalista, mas não se encontrava racionalidade nem no início nem no final da vida na seita³³, por conta dos encontros com os elementos citados e pela incoerência do maniqueísmo, Agostinho foi se afastando da seita e adentrando no catolicismo. Ao contrário do maniqueísmo, na doutrina da Igreja exigia-se inicialmente a fé, enquanto autoridade primeira, e, por isso, “a autoridade precede a razão no catolicismo, mas há razões para aceitar sua autoridade (...)” (GILSON, 2010 p. 441). Há fortes razões para crer e isso se verá neste capítulo, por ora, deve-se notar a

³⁰ Santo Ambrósio o ajudou a melhor interpretar as Escrituras, o que o fez rejeitar a interpretação descabida dos maniqueus ao Antigo Testamento (REALE/ANTISERI, 2010), que como demonstrado no capítulo precedente, os maniqueus consideravam o Antigo Testamento obra de Satanás.

³¹ “Plotino mudou o modo de pensar de Agostinho, oferecendo-lhe as novas categorias que iriam romper os esquemas do seu materialismo e de sua concepção maniqueísta da realidade substancial do mal” (REALE/ANTISERI, 1990, p. 434).

³² “Agostinho não podia encontrar em nenhum dos filósofos a verdade do Cristo crucificado pela remissão dos pecados dos homens, porque segundo a doutrina cristã (...) Deus quis mantê-la oculta aos sábios para revelá-la aos humildes, sendo, portanto, uma verdade que, para ser adquirida, requer uma revolução interior, não de razão, mas de fé. E Cristo crucificado é precisamente o caminho para operar essa revolução interior. É sobretudo com Paulo que Agostinho aprende isso (...)” (REALE/ANTISERI, 1990, p. 432).

³³ Os maniqueus “(...) prometiam uma interpretação das Escrituras que era satisfatória para a razão e que fazia apelo à fé somente na medida exata em que a razão fosse capaz de justificá-la o que agradava ao jovem leitor do *Hortensius*” (GILSON, 2010, p. 435).

mudança de se partir da razão (ou o que se achava ser racional), conforme o maniqueísmo, para a fé, no catolicismo, sendo guiada pela autoridade da Igreja, única intérprete fiel das Escrituras, como se institui na Igreja Católica.³⁴

Em seguida, e o que é mais essencial para esta pesquisa, se procurará demonstrar que Deus não é o autor do pecado, que o livre-arbítrio é um bem e que se o homem pecar praticando, assim, o mal, é sua própria culpa e não de Deus.

2.1 Relação fé e razão

Para santo Agostinho, um passo decisivo para se poder compreender o mal como oriundo do mal-uso da potência que é o livre arbítrio, é compreender o homem superior aos animais por ser detentor da faculdade da razão, dom de Deus. Para tal, ele faz uma longa discussão com seu interlocutor Evódio, momento em que passa a afirmar que *nisi credideritis, non intelligetis*, isto é, que “se não acreditardes não entenderéis” (AGOSTINHO, 1995, p. 28). O limite do conhecimento é dependente da disponibilidade para a fé. Esta é uma das primeiras investigações ocidentais que promovem a relação fé e razão, e é um aspecto importante para entender Agostinho, porque não há, necessariamente, uma linearidade na relação fé e razão, há mais uma circularidade em que a razão permite ascender à fé³⁵ e, por sua vez, a fé permite à razão melhor compreender a verdade. A razão, antes da fé, acessa apenas um conjunto de verdades acessíveis à uma razão natural, sem fé. Mas, a razão auxiliada pela fé passa, então, a acessar verdades que até então lhe estavam veladas (*aletheia*).

Observa-se, que a relação fé e razão em santo Agostinho tem como primeiro passo a fé. Como diz Gilson, “o primeiro passo que conduz o pensamento em direção a Deus é a aceitação da revelação pela fé” (2010, p. 61). Contudo, importante notar nesta afirmação, que o sujeito precisa *aceitar* tal revelação, ou seja, o homem se conduz para ela enquanto resultado de um direcionamento que se dá pela razão, mesmo que ainda incipiente. Foi por conta de sua experiência pessoal que santo Agostinho afirma a necessidade do crer para chegar a compreender. O primado é o da fé, pois em seus anos no maniqueísmo e após isso o

³⁴ “O encargo de interpretar autenticamente a Palavra de Deus foi confiado exclusivamente ao Magistério da Igreja, ao Papa e aos Bispos em comunhão com ele” (CIC, nº 100).

³⁵ A fé aqui se refere à virtude sobrenatural da fé, não ao simples crer em qualquer coisa, como crer que amanhã vai chover porque viu a previsão do tempo, ou que o que meu amigo me contou é verdade. Esse ato de crer não é do que aqui se trata. A fé aqui tratada é a do tipo sobrenatural, crer que Jesus é Deus, é uma fé sobrenatural, é um dom de Deus. Há a necessidade da ajuda da graça de Deus para acender à fé (cf. CIC, nº 153). Crer é para santo Tomás “(...) ato do intelecto, que assente à verdade divina, por império da vontade, movida pela graça de Deus; e assim, depende do livre-arbítrio ordenado para Deus” (DE AQUINO, 2016b, p. 58).

doloroso período do ceticismo, “(...) constatou que a fé tinha permanentemente à disposição a mesma verdade que sua razão não poderá atingir” (GILSON, 2010, p. 61). Para Agostinho a fé é imprescindível no caminho rumo à verdade, pois “se não acreditardes não entenderéis” (AGOSTINHO, 1995, p. 28). Para ele: “Nada é mais recomendável do que crer, até no caso de estar oculta a razão de por que isso ser assim e não de outro modo. Com efeito, conceber de Deus a opinião mais excelente possível é o começo mais autêntico da piedade” (AGOSTINHO, 1995, p. 29). O hiponense parte de Deus para chegar à verdade, a fé não lhe é obstáculo, mas guia e sinal na estrada, orientação na busca da verdade que sempre o instigou na vida. Se não se consegue ver pela razão que ao menos se consiga ver pela fé. Mas, se saiba que a intenção do bispo de Hipona é a de pelo uso da razão “(...) chegar a compreendê-la [a fé], propor uma explicação que satisfaça a razão (AGOSTINHO, 1995, p. 245 – nota da tradutora).

Segundo Gilson o ato da fé não é algo estranho ao homem. O fato é que: “Crer é um ato do pensamento tão natural e tão necessário, que não se concebe vida humana em que não ocupe um lugar muito grande” (2010, p. 62). Existem crenças que se adquirem ao longo da existência que não mudam nada ou com relevância o enlevo da vida, como por exemplo, crer que Murmansk seja uma cidade russa, que Luís X foi um rei da França ou que o lago Issyk-Kul é o maior lago do Quirguistão. Porém, existem crenças que são fundamentais para a ordem social e para a paz, “seria um criminoso aquele que recusasse amar seus pais sob pretexto de não ter provas de filiação” (GILSON, 2010, p. 62). A crença é essencial para o homem.

O “método” de santo Agostinho é a via da humildade. Humildade do homem que se reconhece pequeno diante de Deus. Segundo Étienne Gilson: “Agostinho nos convida a abandonar o orgulho humano e receber a verdade que Deus nos oferece em lugar de querer conquistá-la: a fé torna-se então a primeira, a inteligência segue-a” (2010, p. 63-64). Todavia, a teoria de Agostinho das relações fé-razão não se reduz a isso. Ela “(...) comporta três momentos: preparação à fé pela razão, ato de fé, compreensão do conteúdo da fé” (GILSON, 2010, p. 64).

Para o santo, a razão é a condição para a fé, Agostinho não a despreza, pelo contrário, sempre a valorizou, por vezes mais do que devia. “Desprezar a razão ou detestá-la, seria menosprezar em nós a imagem de Deus, isso em que fomos feitos superiores a todos os outros seres vivos” (GILSON, 2010, p. 65). De fato, para o hiponense é evidente a superioridade do homem devido à faculdade da razão nos dada por Deus. Diz Evódio no diálogo: “(...) é no espírito que reside a faculdade pela qual somos superiores aos animais” (AGOSTINHO, 1995,

p. 44). Santo Agostinho traça a importância da razão em seu diálogo para que se veja a diferença do homem para com os animais, sua superioridade, e que é a má deliberação da vontade, a má escolha, o mau uso do livre-arbítrio a causa do pecado, a causa do mal moral (AGOSTINHO, 1995).

Não obstante a razão tenha decidido ser iluminada pela fé “(...) resta saber o que é a fé, e aqui ainda é necessário um trabalho racional” (GILSON, 2010, p. 67). Para santo Agostinho, essencialmente a fé “(...) é simultaneamente adesão do espírito à verdade sobrenatural e abandono humilde do homem em sua totalidade à graça do Cristo” (GILSON, 2010, p. 68). A fé ilumina e purifica o homem, ilumina sua razão e purifica seu coração (GILSON, 2010).

Crer em Deus não é sinônimo de ter fé em Deus, é necessário crer para ter fé. Ter fé em Deus é, além de n’Ele acreditar, fazer a Sua vontade, fazer o que Ele quer que seja feito e amá-Lo. A inteligência é fruto da fé.³⁶ Para o santo, para se chegar à verdadeira sabedoria, somente a razão não basta. É necessária a fé. “Em santo Agostinho, tudo o que encontramos de especulação pessoal coloca-se sobre o caminho que vai da fé à contemplação beatífica (...) a especulação agostiniana não quis ser e não pode ser senão uma exploração racional do conteúdo da fé” (GILSON, 2010, p. 75-76). Em *De Libero arbitrio* santo Agostinho afirma a Evódio: “Com efeito, se crer não fosse uma coisa e compreender outra, e se não devêssemos, primeiramente, crer nas sublimes e divinas verdades que desejamos compreender, seria em vão que o profeta teria dito: ‘Se não o crerdes não entenderéis’” (AGOSTINHO, 1995, p.78).

Em vista disso, nota-se que na visão de santo Agostinho se deve crer para compreender, é através da fé e com a fé que se faz a filosofia de Agostinho. As Escrituras dão o objeto que o intelecto procurará demonstrar racionalmente. Primeiro crer, depois compreender.

É imprescindível em *De Libero arbitrio* haver uma apologia da razão e de sua importância como dom de Deus que torna possível o homem pecar ou adquirir méritos diante de Deus³⁷, pois é por ser dotado de razão que se há a capacidade de se fazer uma escolha, uma escolha livre e é escolhendo livremente o mal invés do bem, ou seja, se afastando de Deus, que o homem peca.

³⁶ “A inteligência em questão é a que, nascida de uma fé reta e sem comprometimentos com a heresia, é concedida por Deus devido às nossas preces como a recompensa da fé (...)” (GILSON, 2010, p. 80).

³⁷ Segundo o doutor angélico “(...) nossos atos são meritórios, enquanto procedentes do livre-arbítrio movido pela graça de Deus. Por onde, todo ato humano, dependente do livre-arbítrio e referido a Deus, pode ser meritório” (DE AQUINO, 2016b, p. 58).

2.2 A causa do pecado; o pecado não pode ser culpa de Deus, mas do homem no abuso de seu livre-arbítrio.

Depois de observada a prática agostiniana que entende uma relação complementar entre a fé e a razão e de sua coerência na vida do mesmo Agostinho, se parte agora para os elementos que ele elenca em sua obra *De Libero arbitrio* para demonstrar que o homem é o culpado do mal que faz e que de Deus, sumo bem, mal nenhum emana.

2.2.1 O pecado na ordem cosmológica de Agostinho

Na busca pela origem do pecado, que culminará no mau uso do livre-arbítrio, santo Agostinho havia previamente destacado a importante diferença que há entre as leis temporais e eternas (as quais servem para que haja ordem e harmonia no universo), mesmo que a lei temporal permita certas coisas³⁸, o que mais vale para discernir a moralidade do ato é a lei eterna que Deus colocou no coração de cada um³⁹.

A lei temporal regula questões que estão sujeitas à mutabilidade. A lei temporal é a lei adaptada às circunstâncias do tempo e lugar. Cada povo tem suas leis. Esta lei, em todo caso, deriva, ou deveria derivar, da lei eterna. “Denominemos (...) de temporal a essa lei que a princípio é justa, entretanto, conforme as circunstâncias dos tempos, pode ser mudada, sem injustiça” (AGOSTINHO, 1995, p. 40). A lei temporal para ter validade para o cristão, ou seja, para que seja uma lei legítima, não pode ferir a lei eterna. Caso fira, é injusta. Diz Agostinho que “(...) a mim me parece que uma lei que não seja justa não é lei” (1995, p. 36).

³⁸ Disse Evódio: “(...) por qual razão procuras defender esses homens aos quais nenhuma lei considera culpados” (AGOSTINHO, 1995, p. 38).

³⁹ O papa Bento XVI fazia em 2007 uma reflexão interessante sobre a lei natural que acredito que seja bom destacar para melhor ilustrar a importância de tal compreensão ainda hoje ser mantida, não como especulação ética do passado, mas como atual, verdadeira e sempre importante. “A lei natural é a nascente de onde brotam, juntamente com os direitos fundamentais, também imperativos éticos que é necessário respeitar. Na actual ética e filosofia do Direito são amplamente difundidos os postulados do positivismo jurídico. A consequência é que a legislação se torna com frequência somente um compromisso entre diversos interesses: procura-se transformar em direitos, interesses particulares ou desejos que contrastam com os deveres derivantes da responsabilidade social. Nesta situação, é oportuno recordar que cada ordenamento jurídico, tanto a nível interno como internacional, haure em última análise a sua legitimidade da radicação na lei natural, na mensagem ética inscrita no próprio ser humano. Em definitivo, a lei natural é o único baluarte válido contra o arbítrio do poder ou os enganos da manipulação ideológica. O conhecimento desta lei inscrita no coração do homem aumenta com o progredir da consciência moral. Portanto, a primeira preocupação para todos, e particularmente para quem tem responsabilidades públicas, deveria consistir em promover o amadurecimento da consciência moral. Este é o progresso fundamental, sem o qual todos os outros progressos terminam por ser não autênticos. A lei inscrita na nossa natureza é a verdadeira garantia oferecida a cada um, para poder viver livres e ser respeitado na própria dignidade” (p. 2).

A lei eterna, como o próprio nome indica não sofre de mutação. O próprio desejo de felicidade é algo da lei eterna, todos querem ser felizes. A moralidade está associada em Agostinho com a lei que Deus gravou no coração humano. “Ora, a lei eterna (...) decretou com firmeza irremovível o seguinte: o merecimento está na vontade” (1995, p. 62). É, pois, no caminho da lei eterna que o homem reto caminha, e que, conseqüentemente, as leis temporais deveriam ser inspiradas naquela que é imutável.

Com efeito, na cosmologia de Agostinho todo o universo é ordenado, incluindo nisso o ser humano e suas leis temporais, sustentado e harmonizado pela providência divina, de sorte que a ordem impera no universo e tudo é bom.

Tudo vem de Deus, tudo conduz a Deus. O mundo está sabiamente dirigido conforme regras e medidas harmoniosas. Pode acontecer que certos detalhes pareçam apontar alguma desproporção, e assim parecer perturbado o equilíbrio do conjunto. Mas tudo é belo e bom, tudo está em seu lugar no vasto universo. O importante não são casos particulares e fatos individuais, mas a harmonia do todo – tanto no mundo moral como no mundo físico (AGOSTINHO, 1995, p. 284 – nota da tradutora).

Mas e quanto ao pecado? Ele não deforma a ordem do universo, sua harmonia? De fato, se ele ficasse escuso da justiça, ficaria, mas, diz o hiponense que, mesmo o pecador é punido com justiça e o justo recebe a recompensa, o mal moral não é isentado da justiça divina. Faz parte da harmonia do cosmos a punição divina para com o pecador. As almas dos pecadores, não deformam a ordem do universo, mas contribuem para ele. Não contribuem pelo fato de serem pecadoras, mas, elas, mesmo que pecadoras possuem algum bem, mesmo que em deformidade de medida, forma e ordem (*modus, species, ordo*). “A existência dos pecadores contribui à perfeição do universo. Contudo, eles não contribuem enquanto pecadores, mas como vontades livres, tendo a capacidade de pecar ou não” (AGOSTINHO, 1995, p. 283 – nota da tradutora).

Contudo, importante ressaltar que não é o pecado a parte imprescindível ou participativa da cosmologia agostiniana. Ou seja, não é o pecado um elemento cosmológico (fundamental) para o equilíbrio. É da punição do pecado de que se trata. Esta sim, é imperiosa à ordem do universo, à garantia da justiça e da estabilidade. Em resumo, o pecado não é necessário, não se justifica e, poderia deixar de existir sem prejuízo à harmonia do cosmos.

2.2.2 A concupiscência

Neste tópico se aprova fazer uso do termo *concupiscência* (*cupiditas*) para melhor explicar este ponto chave da questão do mal moral. A concupiscência para Agostinho está ligada à questão do desejo desordenado, não se referindo exclusivamente aos pecados de luxúria, mas a qualquer mau uso dos bens materiais.

É evidente que a concupiscência é objeto de estudo de santo Agostinho, especialmente pelo fato de que é considerada uma das promotoras da conduta humana. Esse tema está estreitamente vinculado ao sempre constante objetivo humano de alcançar a felicidade. Contudo, a consumação desenfreada das paixões humanas é lugar de origem do mal moral e, muito pelo contrário, não o conduz a qualquer felicidade. Aliás, a concupiscência é, para santo Agostinho, um dos motivos que levam o homem a se afastar de Deus preferindo o pecado. Evódio conclui que, “com efeito, é claro que em todas as espécies de ações más é a paixão que domina” (AGOSTINHO, 1995, p. 32).

O homem que vive submisso às paixões inferiores peca, mas aquele que vive de reta razão faz o que é certo. Nenhuma paixão inferior submete a razão que é superior,⁴⁰ a razão desempenha um primado, e nada pode forçá-la a sujeitar seu consentimento ao mal, o livre-arbítrio é uma potência da qual o homem é dotado,⁴¹ para escolher o bem, e isso se chama liberdade.

Santo Agostinho exalta no capítulo X do livro II d’*O livre arbítrio*, a soberania da vontade na conduta do homem, a ponto de que nada que seja inferior a ele tenha o poder de submeter sua vontade. A virtude é sempre superior ao vício, e os seres espirituais são mais nobres e poderosos que os seres corporais, os quais não poderiam submeter outra mente à paixão tendo como consequência sua própria queda no vício, o que os deixariam mais fracos. Com isso, a paixão pode balançar, é uma ocasião para o pecado, mas não é o pecado, é a tentação. É, segundo santo Agostinho, a vontade livre quem opta para o mal. Ela é livre, porque não tem constrangimentos, age porque quer. Para Étienne Gilson, “ou há vontade e

⁴⁰ O inferior não submete o superior: “Julgas que a paixão seja mais poderosa do que a mente, à qual sabemos que por lei eterna foi-lhe dado o domínio sobre todas as paixões? Quanto a mim, não o creio de modo algum, pois, caso o fosse, seria a negação daquela ordem muito perfeita de que o mais forte mande no menos forte. Por isso, é necessário, a meu entender, que a mente seja mais poderosa do que a paixão e pelo fato mesmo será totalmente justo e correto que a mente domine” (AGOSTINHO, 1995, p. 50).

⁴¹ “(...) o livre arbítrio não é senão o livre discernimento ou juízo. Ora, este não denomina uma potência, mas um ato. Logo, o livre discernimento não é potência (...) é costume designar a potência pelo nome do ato. Assim, por esse ato, que é o livre discernimento ou juízo, designamos a potência que é o princípio do mesmo. Do contrário, se livre-arbítrio denominasse um ato, não permaneceria sempre no homem” (DE AQUINO, 2016a, p. 555).

não pode haver mais violência, ou há violência e não pode haver mais vontade” (2020, p. 374). Eis a resolução que chega Agostinho no capítulo seguinte:

(...) se de um lado, tudo o que é igual ou superior à mente que exerce seu natural senhorio e acha-se dotada de virtude que não pode fazer dela escrava da paixão, por causa da justiça, por outro lado, tudo o que lhe é inferior tampouco o pode, por causa dessa mesma inferioridade (...) Portanto, não há nenhuma outra realidade que torne a mente cúmplice da paixão a não ser a própria vontade e o livre-arbítrio (1995, p. 52).

O pecado traz em si más consequências ao pecador, pela desobediência da lei natural, inscrita no coração do homem. Pecando o homem vive aquilo que não era querido no projeto do Criador, se afasta d’Ele, sumo bem, e se frustra envolto nos vícios⁴². As paixões, portanto, passam a dirigir à vontade e, à medida em que isto acontece, o homem deixa o caminho reto e orientado pela lei eterna, uma vez que, ao deixar dominar-se pelas paixões, o homem desvirtua-se da sabedoria. Como mostra da Silva,

no *Diálogo sobre o livre arbítrio*, a libido foi descrita por várias vezes como a principal inimiga da sabedoria e oposta a ela (DLA, I, XII, 24, p. 119)⁴³, pois na medida em que impede o ser humano a direcionar os seus esforços para a obtenção da sabedoria, pode também ser considerada um estorvo à posse da vida feliz (2020, p. 121 – grifo do autor).

De fato, para Agostinho, é a vivência de uma vida alçada na sabedoria que liberta o homem da *stultitia*, vivendo assim, na lei eterna, lei que é caminho para a felicidade. Viver preso na *stultitia* é viver viciado, viver no vício é viver de tal forma usufruindo desordenadamente do sensível que nele se cria um hábito maligno, um hábito que se torna difícil de ser quebrado. Porque o hábito, no caso, o vício, constrói uma dificuldade para ser transposto, como pode-se observar hoje na questão das drogas, não é fácil largar um vício. Assim também, para Agostinho, aí se encontra a dificuldade, lê-se que “em seus primeiros sermões como padre, vemo-lo esforçar-se por explicar a permanência do mal na vontade humana, em termos puramente psicológicos. Apela para a força irresistível do hábito (...)

⁴² “E de todo lado a que se volta, a avareza cerca esse homem, a luxúria o consome, a ambição o escraviza, o orgulho o incha, a inveja o tortura, a ociosidade o aniquila, a obstinação o excita, a humilhação o abate. E finalmente, quantas outras inumeráveis perturbações são o cortejo habitual das paixões, quando elas exercem o seu reinado. Enfim, poderemos considerar como pouca coisa essas penas que necessariamente suportam todos aqueles que não aderem à verdadeira sabedoria, assim como bem o percebes” (AGOSTINHO, 1995, p. 53).

⁴³ O autor usa a sigla DLA para a seguinte referência para *O livre arbítrio*: “AGOSTINHO DE HIPONA, *Diálogo sobre o Livre Arbítrio*. Tradução, introdução e notas de Paula Oliveira e Silva. Edição bilingue português/latim. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2001” (DA SILVA, 2020, p. 130). Na edição d’*O livre-arbítrio* (1995) escolhida para esta pesquisa, a seguinte citação se encontra na página 54-55.

Tirando este o seu poder do funcionamento da memória humana” (AGOSTINHO, 1995, p. 253 – nota da tradutora). Portanto, o vício escraviza. E quem é escravo não governa a si, não consegue sair de onde está engendrado, ao menos, não sem muito esforço. Portanto, o viver na sabedoria é uma forma libertadora, libertadora dos vícios. Ora, nunca se ouviu dizer de alguém que esteja “viciado na castidade”. Este, com efeito, pode a qualquer momento deixar de ser casto, mas, alguém viciado na luxúria, não pode se tornar casto de um momento para o outro.

2.2.3 A boa vontade em santo Agostinho

Para santo Agostinho é evidente o desejo de felicidade no homem. Evódio, seu interlocutor, diz que “(...) não se pode negar que todos tenhamos desejo disso [da vida feliz]” (AGOSTINHO, 1995, p. 55). A *boa vontade* é o caminho para a beatitude, que é a posse da sabedoria⁴⁴, sabedoria essa que é estar com Deus, fonte de toda a sabedoria⁴⁵, e seguir o seu caminho⁴⁶. Eis a definição de Agostinho para o conceito de *boa vontade*: “É a vontade pela qual desejamos viver com retidão e honestidade, para atingirmos o cume da sabedoria” (1995, p. 56). Para ele essa boa vontade é mais preciosa do que todas as riquezas materiais que possam ser concebidas⁴⁷.

A boa vontade é a via pela qual se atinge a sabedoria, e a sabedoria permite ao homem viver feliz (mesmo que, para santo Agostinho, a plena felicidade só exista no céu)⁴⁸, dado isso, feliz será o sábio, este nada fará contra sua vontade, pois sua vontade está unida à

⁴⁴ Santo Agostinho ao procurar a verdade não procura apenas uma teoria, mas uma prática, para ele a verdadeira filosofia é aquela que é uma sabedoria como “(...) regra de vida, aderir a ela e praticá-la” (GILSON, 2010, p. 443). E é isso que sua busca pela verdade tende a adentrar, não é uma simples busca por uma bela teoria, por algumas especulações, mas uma busca por um modo de vida, a filosofia como uma sabedoria de vida, que une a teoria à prática.

⁴⁵ “Toda sabedoria vem do Senhor Deus e com ele esteve sempre, existindo antes do mundo” (Sr 1,1).

⁴⁶ “(...) quem vive bem faz a vontade de Deus; e quem faz o que Deus quer vive bem” (AGOSTINHO, 1998, p. 138).

⁴⁷ “Ora, quem quer que seja que tenha esta boa vontade, possui certamente um tesouro bem mais preferível do que os reinos da terra e todos os prazeres do corpo” (AGOSTINHO, 1995, p. 57).

⁴⁸ “Entretanto enquanto estivermos em sua busca, somos forçados a reconhecer que ainda não nos saciamos da água dessa fonte. E servindo-me daquele termo “plenitude” empregado por Licêncio (cf. IV,30), ainda não possuímos a plenitude. Não presumamos, assim, haver alcançado a nossa medida. Porque, também se certos da ajuda de Deus, ainda não atingimos a Sabedoria, nem, por conseguinte, a felicidade. Pois a perfeita plenitude das almas, a qual torna a vida feliz, consiste em conhecer piedosa e perfeitamente:

- por quem somos guiados até à verdade (o Pai);
- de qual Verdade gozamos (o Filho);
- e por qual vínculo estamos unidos à Suma Medida (o Espírito Santo).

Nesses três elementos, aqueles que possuem o conhecimento e repelem as ilusões de várias superstições, reconhecem um só Deus e uma só Substância” (AGOSTINHO, 1998, p. 156-157).

vontade de Deus, de forma que o que deseja já não é senão o que Deus quer. Pois ele deve querer o que convém querer.

Como poderia ser infeliz aquele a quem nada acontece contra a sua vontade? Pois ele não chega a desejar o que vê ser irrealizável. Sua vontade dirige-se somente a coisas possíveis. Tudo o que ele faz será conforme as prescrições da virtude e da divina lei da sabedoria. Bens esses, que de modo algum lhe poderão ser arrebatados (AGOSTINHO, 1998, p. 146).

Deste modo, suportaria todas as adversidades, pois teria sabedoria, e uma alma perfeita, à qual nada faltaria (AGOSTINHO, 1998). Logo a questão da virtude, como já se havia dito quanto às paixões. Tornam-se fundamentais para a beatitude as quatro virtudes cardeais, prudência⁴⁹, força⁵⁰, temperança⁵¹ e justiça⁵², sendo elas fundamentais para se viver com a boa vontade amando esse bem “(...) com verdadeiro amor, nada possuindo de melhor” (AGOSTINHO, 1995, p. 58), sendo ele um bem, o qual ninguém poderia arrebatá-lo de si mesmo. Para Agostinho, o oposto disso também é avaliado, se a beatitude é ter a sabedoria, a falta dela acarreta muitos problemas. A alma viciada sofre de muitos transtornos e a maior carência que pode ter um homem é a falta de sabedoria, e isso é o que faz o homem infeliz. “A indigência de alma (*animi egestas*) não é (...) outra coisa do que estultícia (*stultitia*). E essa é o oposto da sabedoria (...)” (AGOSTINHO, 1998, p. 149).

A própria boa vontade é amá-la [a sabedoria] sobre tudo o que é efêmero e desejar conservá-la. É, pois, pela vontade que se leva vida feliz ou infeliz (AGOSTINHO, 1995). Agostinho, no intuito de atacar a tese maniqueísta do mal, insiste num poder determinista da vontade que para viver com a boa vontade bastaria querer, e o faria “(...) com tanta facilidade que, para ele, o querer e o possuir serão um só e mesmo ato” (1995, p. 61). Nessa época ele ainda não conseguia explicar muito bem como o livre-arbítrio do homem não goza de uma liberdade completa (AGOSTINHO, 1995).

Todos querem ser felizes, mas nem todos querem levar vida reta. Só quem leva vida reta é feliz. Segue-se que nem todos os que querem ser felizes o são por não inclinarem sua vontade para que seja boa. Só os retos são felizes (AGOSTINHO, 1995).

⁴⁹ As notas, 49-52, trazem citações do texto de Agostinho nas quais todas terminam com a interrogação de Agostinho a seu interlocutor que a todas responde positivamente. “Podemos deixar de crer que essa pessoa não esteja também dotada de prudência, ela que vê a obrigação de desejar esse bem acima de tudo e de evitar o que lhe é oposto?” (1995, p. 58).

⁵⁰ “E a força, não é ela aquela disposição da alma pela qual nós desprezamos todos os dissabores e a perda das coisas que não estão sob nosso poder?” (AGOSTINHO, 1995, p. 58).

⁵¹ “(...) é ela a disposição que reprime e retém o nosso apetite longe daquelas coisas que constituem uma vergonha o ser desejadas?” (AGOSTINHO, 1995, p. 58).

⁵² “(...) a virtude pela qual damos a cada um o que é seu?” (AGOSTINHO, 1995, p. 58).

Aqueles que vivem retamente amam a lei eterna, da qual já se falou anteriormente. Existem, pois, homens que são amantes da lei eterna e aqueles que vivem das coisas efêmeras, quem ama a lei eterna ama a um bem imutável e “(...) encontra não apenas o bem verdadeiro, mas ainda real doçura e alegria” (AGOSTINHO, 1995, p. 63). Para os que amam e seguem a lei eterna, a lei temporal não é necessária. Na verdade, os que não necessitam da lei temporal são aquelas pessoas que tem o proceder reto e que não necessitam da força coercitiva do poder temporal para puní-las ou ameaçá-las caso saiam fora do que lhes compete em justiça fazer ou não (santo Agostinho não adentra muito este tema da justiça temporal em *De libero arbitrio* e considera inútil para os fins desta obra ali explicá-los⁵³).

Existiria, pois, duas classes de homens, uns amantes da lei eterna, desapegados do sensível⁵⁴ e os submissos à lei temporal, esses com efeito, “(...) não podem entretanto se isentar da lei eterna, da qual deriva (...) tudo o que é justo e tudo o que pode ser mudado com justiça” (AGOSTINHO, 1995, p. 64). Com efeito, o homem sábio, que tem boa vontade deve fazer bom uso dos bens sensíveis, servir-se deles e não ser submisso a eles. Outrossim, as coisas não são más em si, é o tipo de uso que o homem delas faz que pode ser mau (AGOSTINHO, 1995). Com isso Agostinho contraria a tese maniqueísta de que existiria uma essência malévolas nas coisas, sendo elas, mais ou menos possuidoras de partículas luminosas ou tenebrosas. Essencialmente, tudo o que existe é bom, porque é criação de Deus, como já se abordou anteriormente.

Com tudo isso se percebe que é no livre-arbítrio que reside a capacidade do homem de pecar. Cometer o mal moral é desviar a vontade dos bens eternos para se atirar aos temporais, preferindo a criatura ao Criador. Com isto, Evódio chega a se indagar: “Na verdade, parece-me que não pecaríamos se estivéssemos privados dele [do livre-arbítrio], e é para se temer que, nesse caso, Deus mesmo venha a ser considerado o autor de nossas más ações” (AGOSTINHO, 1995, p. 69). Mas será mesmo isso? Seria melhor a humanidade carecer de livre-arbítrio?

⁵³ “O modo como a lei temporal distribui esses bens a cada um o que é seu seria difícil e muito longo de explicar. Aliás, é claro ser inútil para a finalidade a que nos propusemos. Baste-nos constatar que o poder dessa lei temporal em aplicar seus castigos limita-se a interditar e a privar desses mesmos bens, ou de uma parte deles, aqueles a quem pune. É pois pelo temor que ela reprime, e assim dobra e faz inclinar o ânimo dos desafortunados, ao que ela manda ou proíbe. Foi justamente para o governo dessas pessoas que ela foi feita. Com efeito, pelo fato de temerem de perder os seus bens, elas oberavam as normas necessárias para a sociedade ser constituída e mantida. Isso o quanto é possível ser feito entre homens desse tipo. Entretanto, essa lei não pune o pecado cometido por serem amados com apego demasiado esses bens, mas unicamente aquela falta que consiste em subtraí-los injustamente de outro” (AGOSTINHO, 1995, p. 65-66).

⁵⁴ Viver de tal modo, a se servir do que é sensível de forma boa e ordenada e não de forma a fazer com que essas coisas sejam amadas a ponto de serem como que membros da própria alma (AGOSTINHO, 1995).

2.2.4 Não seria melhor ao homem carecer de livre-arbítrio?

Por que afinal Deus concedeu ao homem o livre-arbítrio? Certamente não foi para pecar, pois, Deus é o sumo-bem e não faz o mal. Entretanto, o livre-arbítrio é dom de Deus. “Com efeito, não é pelo fato de uma pessoa poder se servir da vontade também para pecar, que é preciso supor que Deus no-la tenha concedido nessa intenção” (AGOSTINHO, 1995, p. 74). Ou seja, não é porque pode ser feito mau uso de algo que necessariamente aquilo seja mau, assim é com os objetos materiais, assim também o é nos bens da alma (GILSON, 2010). Mas como em outro momento foi dito neste texto, foi concedido ao gênero humano o livre-arbítrio para que assim pudesse praticar a justiça e ter merecimentos, porém, se o usasse mal, sobreviria o castigo. Ademais, o livre-arbítrio é condição para viver a beatitude, pois “quando se apega ao bem imutável e universal, que é a verdade, para fruí-lo, nossa vontade possui a vida feliz, que é o bem supremo do homem” (GILSON, 2010, p. 277). Desta forma repousa no livre-arbítrio a capacidade de seguir ou não uma vida reta que conduz à felicidade e à prática das virtudes, está, pois, na vontade querer ou não seguir a lei eterna, ou ficar atrelado às leis temporais, está, pois, na vontade querer se elevar à contemplação da Sabedoria e da Verdade, ou ficar no efêmero e viver na *stultitia*.

Na concepção de santo Agostinho o livre-arbítrio se encaixa dentro da categoria de bem mediano, não um bem absoluto, como o são as virtudes cardeais das quais não se poderia fazer mau uso, mas sim mediano, do qual se pode fazer um mal extremo que é o de se afastar do Criador e fonte de toda a felicidade por toda a eternidade, mas também, pode desejar unir-se a Ele, inclinando sua vontade para o bem.

O livre-arbítrio possibilita poder pecar. Mas ele não obriga o homem a pecar. Está na vontade querer ou não. As paixões podem chacoalhar, mas não obrigam a vontade a consentir com o mal. Diz Gilson que “pode-se obrigar o homem a fazer uma coisa, mas nada pode obrigá-lo a querer fazê-la. Ou há vontade, e não há violência, ou há violência e não pode mais haver vontade” (2020, p. 374). Está, pois, no querer a liberdade inalienável, nada pode obrigar alguém a querer o que não quer, o fato do homem ser livre é ser dotado da potência do querer. Ao mesmo passo, mesmo que se queira fazer o bem, este não é possível ao homem decaído pelo pecado, como se verá no próximo capítulo.

Observa-se que não é Deus o autor do mal moral, mesmo que a dúvida possa passar, ela não se comprova verdadeira, pois, mesmo que Deus tenha concedido ao homem o poder de pecar, o mesmo não o fez com a intenção que ele pecasse, mas que, desta forma, vivesse vida honesta, livremente optando por Ele, seu Criador.

Bem, em síntese, foi visto neste capítulo as relações de fé e razão na visão agostiniana, o papel das paixões e das virtudes, da lei eterna e temporal, da boa vontade e do papel do livre-arbítrio como bem mediano, cujo mau uso resulta no mal moral, o pecado. No capítulo seguinte se verá a questão da Presciência Divina, da Providência, do Pecado Original, e, principalmente, do papel da graça e sua relação com o livre-arbítrio, cuja abstinência neste tema é impensável para os objetivos deste trabalho.

3 O PECADO ORIGINAL E A DIREÇÃO DA VONTADE

Nesta problemática do livre-arbítrio aparecem ainda alguns problemas a serem resolvidos e esclarecidos. No *De libero arbitrio*, santo Agostinho ainda se debruça com Evódio sobre a questão pertinente da Presciência Divina e a predestinação dos atos futuros. Com efeito, o fato de Deus possuir a presciência, saber de acontecimentos futuros, não minaria o próprio livre-arbítrio do homem? E, apesar de na mesma obra em questão não ser tão explorada, não se pode deixar de tratar mais especificamente do Pecado Original, elemento fundamental para compreender o arbítrio defeituoso do homem. Outrossim, é decisivo também se abordar, aqui, o papel da graça, sua relação e conciliação com a vontade e o livre-arbítrio. Graça esta que pode ser chamada de a cura para o livre-arbítrio do homem.

3.1 A presciência de Deus e como isso poderia ser um problema à perspectiva agostiniana do livre-arbítrio

Uma das questões apresentadas por santo Agostinho no seu colóquio sobre o livre-arbítrio é justamente a questão de como o homem pode ser livre para agir se Deus sabe tudo o que fará e o que ele prevê deve necessariamente acontecer? Afinal, pressupõe Evódio, Deus previu o pecado do homem, o que se realizaria inevitavelmente. “Como, pois, pode existir uma vontade livre onde é evidente uma necessidade tão inevitável?” (AGOSTINHO, 1995, p. 152).

Agostinho argumenta que para poder compreender bem a presciência divina, se tem de fiar-se na Providência Divina⁵⁵ que governa o mundo e cultivar a piedade cristã, afim de que, não seja um argumento que legitime entregar-se às paixões desordenadas, e com a piedade e a fé, superar o mal moral. A propósito do questionamento de Evódio, logicamente o raciocínio é o seguinte:

(...) se Deus prevê o pecado do homem, este há de pecar necessariamente. Ora, se isso é necessário, não há portanto decisão voluntária no pecado, mas sim irrecusável e imutável necessidade. E desse raciocínio, receias precisamente chegarmos a uma das seguintes conclusões: ou negar em Deus, impiamente, a presciência de todos os acontecimentos futuros; ou bem, caso não possamos negá-lo, de admitir que pecamos, não voluntária, mas necessariamente (AGOSTINHO, 1995, p. 154-155).

⁵⁵ “A Divina Providência são as disposições pelas quais Deus conduz com sabedoria e amor todas as criaturas até seu fim último” (CIC, nº 321).

Deus por prever os acontecimentos que virão a serem realizados pelos homens não os força que sejam realizados, sejam atos bons ou atos maus. O fato de prever que alguém aja de tal ou tal maneira, não é o mesmo que constranger a sua vontade a fazer tal ou tal ação. O hiponense traz presente um exemplo para demonstrar o poder da vontade e do querer. No tocante à felicidade, se fosse previsão de Deus que Evódio se tornasse feliz no próximo ano, este não poderia sê-lo sem Deus, pois é Ele quem torna o homem feliz (AGOSTINHO, 1995). Mas, será contra a vontade dele que esse tornar-se feliz se realizaria? Seria essa vontade de Deus, uma vontade constringedora ao livre-arbítrio, que se tornaria imposta? De forma alguma, pois o ser feliz, como confessa Evódio, é do seu querer e já o seria se pudesse. Mas, necessita de Deus para que atinja a felicidade. De forma que, se fosse considerar que a presciência de Deus o fará feliz necessariamente, isso excluiria o fator do seu consentimento, mas, Evódio, ao mesmo tempo que diz ser a vontade de Deus necessária para ele, diz também que quer ser feliz, mostrando assim que, mesmo que Deus quisesse fazê-lo feliz, não seria se antes não o quisesse. Pois, como diz Agostinho, “(...) não poderias, de fato, encontrar nada que esteja em nosso poder senão aquilo que fazemos quando o queremos” (1995, p. 156); e também: “é porque, ainda que Deus preveja as nossas vontades futuras, não se segue que não queiramos algo sem vontade livre” (1995, p. 157). Neste sentido, prever, mesmo que a previsão seja absolutamente necessária, não é forçar. O que Deus prevê é o ato livre. “Assim, a presciência não age mais sobre o futuro do que a memória sobre o passado” (AGOSTINHO, 1995, p. 280 – nota da tradutora).

3.2 A Queda de Adão

Deus criou o homem num estado perfeito onde era fácil e não exigia esforço guardar a lei divina, ele gozava de uma natureza perfeita, sem ter sido atingida pelo pecado. Essa natureza era de tal forma que o homem “(...) não estava submetido a nenhum mal, a nenhuma dor, a nenhuma tristeza; ele era, portanto, incorruptível e imortal. (...) [Além disso, ele] desfrutava de uma luz clara em seu pensamento” (GILSON, 2010, p. 281). A natureza dos primeiros pais era tal que tinham somente que perseverar para continuar gozando dos dons que possuíam e nada era mais fácil do que perseverar, segundo Gilson (2010). Mas, o homem preferiu-se a si mesmo e se desviou de Deus. Mas de que forma se deu isso? Como aconteceu a Queda?

A Queda se deu por desobediência. O homem foi criado num estado, segundo Agostinho, intermediário ente a sabedoria e a insensatez, dotado de capacidade para ser sábio,

de forma que “era capaz (...) de receber um preceito com o evidente dever de obedecer a ele” (1995, p. 234). Para o hiponense, seguir a Lei é fundamento para a sabedoria, os primeiros pais não necessitariam serem sábios para receberem o preceito, mas seguindo-o com sua vontade estariam no caminho para a sabedoria. Deus proibiu de comer determinado fruto do jardim⁵⁶, este foi o preceito, e por ser dotado de razão era capaz de receber o preceito, por outro lado, é a partir do conhecimento do preceito que se torna habilitado para pecar, mesmo sendo esse mandamento, aparentemente tão fácil, o homem o transgrediu. Foi dado tão fácil mandamento para que o homem cumprisse através da virtude da obediência. “Assim, não é na dificuldade do preceito nem em alguma insubordinação do corpo humano que se encontra a origem do mal, mas somente em seu orgulho” (GILSON, 2010, p. 284). Quis o homem por orgulho elevar sua natureza à de Deus, ele quis ser como Deus. Esse movimento teria precedido até mesmo a tentação da serpente⁵⁷, diz Gilson: “(...) a promessa de ser semelhante a Deus não o teria seduzido [ao homem] se ele já não tivesse começado a se comprazer consigo mesmo. Eis o mal secreto que o ato exterior apenas tornou visível” (2010, p. 285).

Santo Agostinho observa males relativos à queda do homem – a concupiscência (*cupiditas*), a ignorância (*ignorantia*)⁵⁸ e a dificuldade (*difficultas*)⁵⁹ e, o mais importante, a perda do estado de amizade com Deus⁶⁰. A concupiscência não é o Pecado, mas a consequência dele, o Pecado Original não foi um pecado de luxúria, mas um pecado de orgulho. Não poderia ter sido uma desordem de concupiscência sendo que esta é posterior à Queda. Assim diz Agostinho:

(...) aprovar o falso como se fosse verdade, e assim enganar-se sem o querer, tornando-se incapaz de se abster de atos libidinosos, em consequência das resistências e dos dolorosos tormentos dos vínculos carnis – essa não é a natureza primitiva do homem, mas, sim, o seu castigo depois de ter sido condenado (1995, p. 210).

⁵⁶ “E o Senhor Deus ordenou ao homem: ‘Podes comer de todas as árvores do jardim, mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás; pois no dia em que dela comeres, decerto morrerás’” (Gn 2,16-17).

⁵⁷ “A serpente era o mais astuto de todos os animais selvagens que o Senhor Deus tinha feito. Ela disse à mulher: “É verdade que Deus vos disse: ‘Não comereis de nenhuma árvore do jardim?’ A mulher respondeu à serpente: “Podemos comer do fruto das árvores do jardim, mas do fruto da árvore que está no meio do jardim, Deus disse: ‘Dele não comereis, nele não tocareis, senão morrereis’”. A serpente, porém, respondeu à mulher: “De modo algum morrereis. Pelo contrário, Deus sabe que, no dia em que dele comerdes, vossos olhos se abrirão, e sereis como Deus, conhecedores do bem e do mal”. A mulher viu que a árvore era boa para dela comer, agradável aos olhos e desejável por dar entendimento. Colheu o fruto, comeu dele e o deu a seu marido, que estava com ela, e ele também comeu. Então os olhos de ambos se abriram, e reconheceram que estavam nus. Entrelaçaram folhas de figueira e fizeram tangas para si” (Gn 3,1-7).

⁵⁸ Relativo à inteligência.

⁵⁹ Relativo à vontade.

⁶⁰ “A nossos primeiros pais Deus concedeu a sabedoria, a retidão no exercício do livre-arbítrio, a imortalidade, e dom, ainda mais precioso, a graça santificantes” (AGOSTINHO, 1995, p. 288 – nota da tradutora).

A natureza deteriorada pelo pecado de Adão não foi aniquilada, mas sofreu e sofre duras penas, pois “(...) se Deus retirasse tudo o que ele deu, deixaria totalmente de ser” (GILSON, 2010, p. 287).

Santo Agostinho ao reconhecer a misericórdia e a justiça de Deus, não admite que poderia acontecer de Deus não fazer nada para com a humanidade que sofria pelo fardo do pecado, desde os primeiros pais⁶¹.

Visto que o demônio apresentou-se ao homem como exemplo de orgulho, o Senhor apresentou-se a nós como exemplo de humildade e com a promessa de vida eterna. Em seu amor infinito, Deus quis que regatados pelo sangue de Cristo, derramado após trabalhos e sofrimentos inexprimíveis, nós nos uníssemos a nosso Libertador, com uma caridade ardente, para deixar-nos arrebatados até ele, por luzes tão brilhantes, que a vista de realidade inferior alguma possa nos afastar da contemplação do Bem supremo (AGOSTINHO, 1995, p. 240).

Com efeito, o sacrifício redentor do Cristo, lava a humanidade do pecado. Os cristãos são lavados no batismo, onde afogam o velho Adão e ressurgem como novo homem. Ali, a teologia católica vê que se perdoa o Pecado Original em cada batizado⁶², porém “(...) certas consequências temporais do pecado permanecem, tais como os sofrimentos, a doença, a morte, as fragilidades inerentes à vida, como as fraquezas de caráter etc., assim como a propensão ao pecado, que a Tradição chama de concupiscência (...)” (CIC, nº 1264). O homem é, assim, justificado por Cristo e por Ele obtém a salvação. Para tal, Deus concede graças aos homens para poderem viver uma vida reta, de acordo com a Sua vontade. “Deixado por si mesmo, o homem possuiria propriamente apenas o poder de fazer o mal, a mentira e o pecado” (GILSON, 2010, p. 288). Por graça se entende: “(...) o conjunto de dons gratuitos de Deus que têm por fim tornar possível a salvação do homem em estado de natureza decaída” (GILSON, 2010, p. 289).

O homem antes da Queda vivia pacificamente, depois, teve que viver com os sofrimentos inerentes de sua nova condição. Foi dada a Lei a ele, que não veio apagar o pecado, mas dar o conhecimento do que é ou não pecado⁶³. Mas conhecer a Lei, não significa realizá-la, para tal se faz mister a graça de Deus (GILSON, 2010).

⁶¹ Para salvá-la o Filho de Deus “(...) desceu dos céus: e encarnou pelo Espírito Santo no seio da Virgem Maria, e se fez homem” (CIC, 2017, p. 58-59). E na Cruz, pelo Seu sangue, remiu a humanidade e a cada um do pecado.

⁶² É devolvido o estado de amizade com Deus, o batizado recebe a graça santificante, onde agora é templo vivo de Deus (cf. CIC nº 1279).

⁶³ Isso com efeito aumenta ainda mais o caráter pecaminoso do pecado, pois agora se sabe claramente que se está pecando, longe de diminuir a pecaminosidade, só a aumenta.

Observa-se que a Queda dos primeiros pais se realiza por culpa do homem e de seu orgulho, que é anterior à concupiscência, sendo esta consequência do Pecado Original. Outrossim, que Deus prescreve um remédio para libertar o homem dessa condição que é a graça de Seu Filho único, que pelo sacrifício na Cruz liberta o homem do pecado e da morte, também, que a Lei de Moisés, dava o conhecimento do que era ou não pecado, mas não que desse a força de combatê-lo, para isso a graça é necessária.

3.3 Relação da graça com a vontade

Santo Agostinho por mais que não tenha falado muito no *De libero arbitrio* sobre a graça e seu papel, não deixa de ter presente esta necessidade. O bispo de Hipona recorda de fazer menções a Deus em alguns pontos do diálogo que estabelece com Evódio, confiando também o progresso de seu colóquio na ajuda do Altíssimo⁶⁴.

Segundo Étienne Gilson, “o problema mais temível, em meio aos que a doutrina agostiniana da graça levanta, é o de sua conciliação com o livre-arbítrio” (2010, p. 298). Contudo, para santo Agostinho esse problema não existe, conforme o filósofo francês. O primeiro ponto importante para abordar este problema é que o livre-arbítrio não está em questão. Sabe-se que “o livre-arbítrio é (...) uma escolha que se exerce em virtude de motivos” (GILSON, 2010, p. 298). Santo Agostinho não procura saber se temos ou não uma vontade, a qual identifica com o livre-arbítrio, nem o que deve querer, pois o fim do homem é sua união com Deus, logo ele deve tender ao Senhor. “O que Agostinho se pergunta não é se amar Deus está ao alcance de nosso livre-arbítrio, mas se está em nosso poder. Ora, o poder de fazer o que escolhemos fazer é mais do que o livre-arbítrio, é a liberdade” (GILSON, 2010, p. 299).

Para compreender melhor a doutrina da graça em santo Agostinho, é bom recordar da heresia pelagiana do século V. Por causa da defesa do livre-arbítrio que faz Agostinho em *De libero arbitrio*, Pelágio, mais tarde, em cerca de 410 usa dos seus argumentos para super valorizar o poder da vontade, dizendo que o homem não precisa de Deus para ser virtuoso e santo (negavam o Pecado Original consequentemente). Para se defender dos pelagianos, Agostinho, mais tarde, nas *Retractiones* (1. I,9,1-6), justifica-se da seguinte forma:

A finalidade desse diálogo não obrigava a tratar da graça e de sua necessidade. Foi ele entabulado por causa dos (maniqueus), que recusavam ver a origem do mal no livre-arbítrio da vontade, e que pretendiam assim pôr a culpa em Deus, que é o criador de todas as substâncias. Queriam eles, conforme o erro de sua impiedade,

⁶⁴ Cf. AGOSTINHO, 1995, p. 28, 29, 39, 44, 69, 93, 153.

introduzir uma natureza má, imutável e coeterna a Deus. Quanto à graça de Deus, que predestina seus eleitos de forma a preparar a vontade mesma daqueles que já se servem do livre-arbítrio, não há nesses livros discussões a esse respeito, devido à particularidade da questão que nós não nos tínhamos proposto a tratar. Mas quando a ocasião se apresentou de mencionarmos a graça, ela foi lembrada de passagem, se bem que não defendida com argumentos laboriosos, como se tratássemos dela, em especial. Com efeito, uma coisa é procurar a origem do mal e outra coisa procurar o meio de volta a seu estado primitivo, ou mesmo chegar a um estado melhor (1995, p. 252-253 – nota da tradutora).

Observa-se nessa passagem que o intento de Agostinho não é o de oferecer um tratado completo do livre-arbítrio contendo também a cura do defeito que afasta o homem de seu Criador, mas expor qual a origem do mal e combater a heresia maniqueísta. Porém, ele não deixa de auxiliar o leitor nesse combate, pois faz o diagnóstico da doença e quer queira quer não, ajuda a clarear a vereda, mostrando o seu raciocínio, de forma que pode ajudar o leitor a se livrar da estultícia e se, se permitir convencer, com o auxílio da iluminação divina, tornar-se-á para o caminho do Nazareno.

Não obstante, para os fins deste texto, é importante oferecer, também, contribuições posteriores ao *De libero arbitrio*, não ficando somente ele como total referência. Assim sendo, falar do papel da graça na vontade é imprescindível, pois é ela que permite fazer o bem que se quer e evitar o mal que não se quer, conforme são Paulo na *Carta aos Romanos* (cf. Rm 7, 18 – citado na página 21 deste escrito). Diz Gilson que a própria história de vida e de conversão de Agostinho já são uma refutação ao pelagianismo que não concebia a graça capaz ou necessária para prevenir do pecado mas somente para apagá-lo. Na verdade, santo Agostinho se via incapaz de fazer o bem, não conseguia atingir a virtude e foi “somente são Paulo, através de sua luminosa doutrina do pecado e da graça, [que] soube dissipar essa contradição interna na qual Agostinho se debatia em vão por anos” (2010, p. 301). Gilson segue explicando o raciocínio: “posto que a vontade deseja o bem, então ela é por essência destinada a realizá-lo; não obstante, posto que ela é incapaz de realizar o bem que deseja, então há nela algo corrompido; (...) causa da corrupção o pecado (...) o remédio (...) a graça de Jesus Cristo” (2010, p. 301).

A graça deixa intacto o livre-arbítrio, no sentido de não o excluir, ela não se sobrepõe a ele de forma a negar a sua arbitragem⁶⁵, ele continua livre, mas cabe notar que “a diferença entre o homem que tem a graça e aquele que não tem não está no fato de possuir ou não seu

⁶⁵ “A própria complexidade da fórmula *liberum arbitrium* os convida a se indagar onde está o elemento que faz a escolha – *arbitrium* – seja ao mesmo tempo uma escolha livre – *liberum* –, e todos concordam em situá-la, por uma primeira determinação, na aptidão do querer a se determinar a si próprio de dentro” (GILSON, 2020, p. 371).

livre-arbítrio, mas em sua eficiência” (GILSON, 2010, p. 303). Querer o bem e poder realizá-lo, eis a verdadeira liberdade.

Ainda na heresia pelagiana, encontra-se em Pelágio a afirmação de que a graça é merecida, mas o testemunho de São Paulo e de Santo Agostinho testemunham o contrário. São Paulo perseguia a Igreja de Cristo e Santo Agostinho estava envolto na imoralidade, não mereciam, pois, mas a graça, como o próprio nome já diz remete a gratuidade, um dom de Deus não merecido e “(...) a partir do momento em que a graça é dada, os méritos começam; se ela nos falta, nosso livre-arbítrio, sempre intacto, não faz senão ir de queda em queda” (GILSON, 2010, p. 304). A expressão de Agostinho nas suas *Confissões* – “Dai-me o que me ordenais, e ordenai-me o que quiserdes” (AGOSTINHO, 1958, p. 271)⁶⁶ – expressa muito bem a dinâmica da graça com o livre-arbítrio. Com efeito, para que se possa cumprir com os preceitos e ordens de Deus, o dom da graça deve, necessariamente, preceder a ação humana, pois, “(...) não podemos oferecer a Deus o que ele exige a não ser que ele o tenha previamente dado” (GILSON, 2010, p. 304)⁶⁷.

O que sobra ao livre-arbítrio? Segundo Gilson “(...) mesmo ao admitir que a graça dá tudo ao livre-arbítrio, ainda é necessário que ele esteja presente para receber (...) Deus vem em ajuda do homem que age, não para dispensá-lo de agir, mas para permiti-lo; assim, é necessário que (...) o livre-arbítrio esteja sempre presente” (2010, p. 305). Assim sendo, a força da graça que age no livre-arbítrio não é, como diz Gilson (2020), uma graça e um livre-arbítrio, mas um livre-arbítrio potente, realmente livre, que pode querer e fazer o bem.

Por que existem pessoas que não seguem o caminho da graça e não fazem a escolha pelo bem? Afinal, deve-se admitir que Deus prepara a graça necessária para que a pessoa se converta. Afinal, esta mesma, não é merecida, como já previamente foi colocado, é graça, é gratuidade. Mas, então, como pode alguém preferir o mal ao bem? Uma resposta plausível para esta questão são os liames da concupiscência que já foi levantado anteriormente⁶⁸. Eles são de tal sorte que “(...) o homem em que a paixão domina prefere inevitavelmente o pecado

⁶⁶ “É um dos pensamentos mais belos das “Confissões”, e um dos mais profundos de Santo Agostinho. *Da quod iubet et iube quod vis*. Contra estas palavras insurgiu-se Pelágio, quando em Roma, um bispo, amigo do Santo Doutor, as recordou àquele herege. Através das suas obras, o Bispo de Hipona parafrasei-as, a cada passo, com novos e profundíssimos conceitos. No tratado de *Bono perseverantiae*, por exemplo, diz: *Quid vero nobis primitus et maxime Deus iubet, nisi ut credamus in Eum? Et hoc ergo ipse dat*. Que nos ordena Deus em primeiro lugar e com mais insistência, senão que acreditemos n’Ele? Ora é precisamente esta graça que Ele nos concede” (AGOSTINHO, 1958, p. 271 – nota do tradutor).

⁶⁷ O homem só pode dar o que Deus pede se for concedida a graça para tal da parte de Deus. De Deus nada escapa, assim sendo, as capacidades humanas se constroem em Deus e subsistem porque Ele assim o quis ou o permitiu, destarte, de nada alguém pode se vangloriar. A glória é a Deus devida. Nada foge da Sua presença, do Seu *ser*. Todo o bem é a Ele devido.

⁶⁸ Mais especificamente no ponto 2.2.2.

à graça. Nesse sentido, é rigorosamente verdadeiro dizer que nós sempre faremos necessariamente o que nos deleitar mais” (GILSON, 2010, p. 307). Ao mesmo passo, não se deve pensar que a vontade seja conduzida de forma cega pelo prazer imediato que oferece o pecado, segundo Gilson “(...) é a espontaneidade mesma do meu pensamento no movimento que a arrebatava para o mal” (2010, p. 308). A concupiscência tenta, mas, se o querer for de tal forma que deseje a Cristo, Ele dará Sua ajuda para salvar o pecador, porém, é mister saber que a vida cristã “(...) é uma luta, uma ação, mas em que o lutador não está condenado à derrota. Se ele crê plenamente em seu libertador e não se atribui qualquer mérito próprio, o homem pode vencer a deleitação da concupiscência quando ela o arrasta para o mal” (GILSON, 2010 p. 322).

A graça, como já explicado, perdoa o Pecado Original, mas não apaga suas mazelas na alma humana, pois, com efeito “(...) uma diferença capital separa o reino da Lei do da graça: a concupiscência em nós está mitigada, mas não estamos mais entregues a ela sem socorro. Eis por que a vida cristã é um combate perpétuo, que não conhece paz verdadeira, mas que a prepara” (GILSON, 2010, p. 322-323). A verdadeira e perpétua paz só se obterá, na visão de Agostinho, depois da morte, se for salvo pelo Cristo. No céu não se poderá mais pecar, mas isso não acaba com o livre-arbítrio⁶⁹, senão que lhe confere a maior liberdade, pois a sua verdadeira potência é a de querer e fazer o bem, uma vontade liberta é uma vontade tendida ao bem, e capaz de realizá-lo.

Na filosofia de santo Agostinho uma diferença evidentemente clara é entre *liberum arbitrium* e *libertas* –, *liberum arbitrium* carrega consigo a possibilidade de fazer o mal, já *libertas* é um livre-arbítrio libertado, quanto mais *libertus* alguém é, mais livre do pecado será, mais agraciado e virtuoso. A “(...) verdadeira *libertas* existirá apenas na beatitude, na qual a vontade não poderá mais pecar” (GILSON, 2010, p. 310).

Desta forma, e a graça é a libertadora do livre-arbítrio, lhe devolve sua originalidade perdida no pecado dos primeiros pais e possibilita ao homem fazer o bem. Com efeito, o livre-

⁶⁹ Com efeito, todo homem tem o livre-arbítrio em sua essência de homem. Quando alguém passa pelo julgamento divino, já havia feito previamente em vida sua escolha, seja ela por Deus ou pelo diabo, pelo que é bom ou mau, assim sendo, tanto no céu quanto no inferno exercerá plenamente essa escolha, ou na felicidade com seu Senhor ou na infelicidade com Satanás. O homem quando espírito puro, somente com a alma, sem corpo não está com o estado de sua natureza perfeita, ele é deficiente de algo que lhe é próprio e a vontade é definitiva nesse estado imperfeito, ou seja, ele não possui arrependimento. Quando o homem atinge sua finalidade, que como demonstrado neste Trabalho de Conclusão de Curso é sua união com Deus, não pode mais pecar. Como poderia que ele pecasse estando já com seu apetite saciado na união com o ser? O homem quando unido a Deus não deseja outra coisa senão em Deus. Um exemplo que pode ser também mais tangível para essa união se passa através do amor (*caritas*). Quem tem mãe, e a ama não pode sequer conceber realizar seu assassinato ou sua violação, pois ama, e o amor deseja o bem do próximo e não o mal. Assim sendo, alguém tomado de amor de Deus não se separaria dele, não queria isso de forma alguma, sendo assim não peca mais.

arbítrio nem é livre pelo fato de poder querer o mal, segundo Gilson, “o homem é livre, e faz o mal por seu arbítrio, mas não pelo que faz com que seu arbítrio seja livre” (2020, p. 387). A liberdade é fazer o bem, mas fazer o bem é impossível para o homem sem a graça. Permanece o poder querer o bem no homem no estado decaído⁷⁰, mas não o poder de o realizar. Na verdade “(...) se a graça se manifesta à vontade em santo Agostinho, isso se dá em certa medida porque o caráter incoercível do querer é a seu ver evidente” (GILSON, 2020, p. 371)⁷¹.

Se observou neste capítulo a conciliação entre a Presciência Divina e o livre-arbítrio, mostrando que não é o fato de Deus saber que o homem pecaria que teria sido da vontade de Deus ele pecar, mas sim de que, Deus, prevê a vontade livre do homem e como Deus prevê, essa se realiza, mas não porque Ele ordene, senão que Sua previsão não altera o futuro, mais do que a memória altera o passado. Foi analisada também a Queda dos primeiros pais e as suas consequências, destacando o caráter incoercível do livre-arbítrio, sua natureza intacta no ponto do querer, o qual não se acabou com o Pecado Original, mas sim a sua deficiência em realizar o bem que se quer, pois este só se torna realizável com o auxílio da graça de Deus.

⁷⁰ “(...) de santo Agostinho a são Tomás de Aquino e a Duns Scot, todos os pensadores cristãos coincidem em declarar que o livre-arbítrio continua sendo, depois do pecado original, o que era antes de este ser cometido” (GILSON, 2020, p. 381).

⁷¹ Esta citação faz referência à questão de que o querer é algo inquebrantável no homem e ele permanece mesmo com o pecado original, sendo assim, faz parte do homem o querer. O homem só quer algo por sua liberdade de escolha, não será forçado de forma absoluta a querer alguma coisa sem seu consentimento.

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho de pesquisa, pode-se ver, brevemente, o percurso de conversão de santo Agostinho e mais profundamente a seita maniqueísta que o inspirou a escrever o *De libero arbitrio*. Com efeito, santo Agostinho era muito incomodado com o problema do mal moral, afinal, como um Deus bom pôde criar algo mal? Suas inquietações o levaram, sem dúvidas, a percorrer uma vida na trilha da verdade. Agostinho, esse gênio incansável, não teve medo de se arriscar a viver uma vida de busca e de procura, de doação e de amor à Verdade.

Foi demonstrado neste TCC a inconsistência da doutrina maniqueísta e a refutação da mesma por santo Agostinho através de seu diálogo com Evódio. No primeiro capítulo, se fez mais presente a doutrina maniqueísta, contextualizando a sua historicidade, e de forma leve a refutação da mesma. A parte principal do pensamento de Agostinho sobre o tema do livre-arbítrio se fez presente no segundo capítulo, onde se discorreu sobre o pensamento de Agostinho e dos elementos que mostram claramente que Deus não é o autor do mal moral, mas o abuso do livre-arbítrio e que, portanto, o mal é ausência ou deficiência de bem.

O problema de pesquisa abordado neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi mostrar a forma agostiniana de ver o problema do mal moral. Para tal, foi visto que o querer humano permanece livre, mesmo após o Pecado Original. O homem, com efeito, é o mestre de suas ações e o que faz ou deixa de fazer é de seu arbítrio. Mas, para que o arbítrio seja verdadeiramente livre se faz mister a graça divina. Com efeito, por culpa do pecado de Adão, fazer o *mal* está disponível ao homem, mas não fazer o *bem*, pois para fazer o bem necessita de uma ajuda especial que a teologia chama de graça. A graça vem em auxílio do homem para que seja possuidor da liberdade, a qual é amar e servir a Deus, pois, a sua felicidade consiste na união com o Divino Redentor. Somente assim, o homem possuirá a beatitude, o prêmio eterno. O livre-arbítrio é um bem, pois foi dado por Deus, ele é tão importante que, sem ele, ninguém poderia sofrer punição ou receber recompensa, e isso significa grande coisa, tanto em questão temporal como espiritual, pois, ninguém poderia ser recompensando ou punido pelas autoridades civis e nem poderia diante de Deus merecer castigo ou recompensa no Juízo. Destarte, o livre-arbítrio é de suma importância, pois sem ele, não existe a possibilidade da responsabilização de cada um pelos seus atos.

O mal moral, não contribui para a ordem do universo e se não fosse alvo da justiça atrapalharia, mas ao passo que quem o pratica recebe o devido castigo, aí sim se realiza a justiça e contribui para a ordem do universo, o pecador sendo castigado e o justo recompensado. O mal moral não é necessário para a ordem.

Foi visto também que a concupiscência, herdeira do Pecado Original, inclina o homem a pecar, o inclina para a prática do vício e o afasta da virtude. Ao mesmo passo, Agostinho destaca que o superior não se submete ao inferior, salientando a superioridade da razão em relação às paixões, ou seja, se deixar arrastar para o abismo das paixões não é desculpa para praticar o mal moral. Para se livrar do vício o homem deve procurar ser virtuoso, auxiliado pela graça divina, desempenhar em si uma boa vontade que não queira senão o que é reto. Pela boa vontade se atinge a sabedoria e ao sábio, mesmo os piores tormentos não lhe faz ser tirada a felicidade, pois sua alma está em paz. Ele é possuidor de Deus, da Sabedoria, da qual nada, nem ninguém pode fazer com que A perca, a não ser ele mesmo, com o mal uso de seu livre-arbítrio. Foi visto também que alguém totalmente livre é alguém que não pode mais pecar, mesmo que seja livre para tal, já não é mais capaz. Conceber alguém sem livre-arbítrio é sem dúvidas fazê-lo refém de outrem e destruir uma das principais características que faz o homem se sentir humano, ser livre.

A Deus que tudo sabe não força o pecado a se realizar por necessidade, mas prevê justamente o livre-arbítrio. Assim sendo, Deus não força ninguém a pecar, dado que Deus é suma bondade e justiça, isso não se passaria. Foi visto que Deus, neste caso, sabe, e saber não força a realização.

Este trabalho não pretendeu de forma alguma esgotar a problemática do livre-arbítrio, mas apresentá-la do ponto de vista, principalmente, de santo Agostinho. Como pôde se notar, também, em algumas situações foi recorrido a alguns exemplos de santo Tomás de Aquino, que viveu no século XIII, muito depois de santo Agostinho, ou seja, foi durante a Idade Média retomado o mesmo assunto, e ainda hoje o livre-arbítrio é algo que se discute. Assim sendo, é um tema que não se esgotou. Afinal, em até que ponto somos livres? Essa pergunta foi uma das que este trabalho tentou dar um ponto de vista a partir de santo Agostinho, ressaltando a força do livre-arbítrio e a responsabilização de cada um pelos seus atos.

APÊNDICE – PROBLEMAS POSTERIORES: NA REFORMA PROTESTANTE DO SÉCULO XVI, O PROBLEMA DO LIVRE-ARBÍTRIO, DA GRAÇA E DO PECADO ORIGINAL.

Segundo Étienne Gilson (2020), foi justamente por se abdicar do livre-arbítrio que foi possível o início da Modernidade e o surgimento da Reforma Protestante. A visão sobre este problema a partir do famoso “reformador”, o monge agostiniano, Martinho Lutero, era de que o querer do homem, havia perdido todo o seu poder. É trazido presente na tese de mestrado de Favreto que Lutero foi inspirado por santo Agostinho, mas, como não é novidade, nem sempre se entende bem o que se lê, e, ademais, foi exposto nesta pesquisa a visão de Agostinho sobre o assunto, eis que

o pecado original, segundo os estudiosos, constitui-se numa das peças principais do pensamento de Lutero. “(...) Este ‘pecado’ é originariamente uma culpa pessoal de Adão, porém se converte em pecado próprio de cada um na concupiscência que todos experimentamos e com a qual se identifica o pecado original; é a inclinação ao mal e a impossibilidade de fazer o bem, concretamente de amar a Deus. O pecado original tem como consequência a corrupção total da natureza”⁷² (1998, p. 36-37).

É visto, assim, a radicalidade do pensamento de Lutero. O homem, com efeito não seria mais alguém incapaz por si só de amar, mas incapaz. Dado que a concupiscência não é mais vista como tendência ao pecado, mas como pecado em si. Assim, se vê o homem incapaz de amar. Ora, amar é justamente a missão do cristão, é o mandamento do Salvador⁷³. Mas, não é do objetivo desta pesquisa entrar em questões teológicas. Apenas, cabe ressaltar o como o problema do livre-arbítrio e do Pecado Original repercutiram muito ainda depois de santo Agostinho e da Idade Média, sendo um dos principais problemas de Lutero e a forma como estava sendo entendido no século XVI ajuda a inaugurar o pensamento moderno. Pois, como diz Gilson “o *De servo arbitrio* de Lutero é a expressão mais completa dessa atitude: um querer que perdeu toda a sua liberdade” (2020, p. 391)⁷⁴. O ser humano não poderia mais participar, como afirmara Agostinho, na obra redentora, tendo que se colocar a serviço, escolhendo, pois, o bem, visto que, a capacidade de querer é inegável a um livre-arbítrio bem entendido. Lutero, ao contrário, vê o homem incapacitado de livre-arbítrio pois “(...) nega a

⁷² O pe. dr. Clair Favreto faz aqui citação do atual prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, o cardeal Ladaria em *Teologia del pecado original y de la gracia*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1993. p. 96.

⁷³ “Eu vos dou um novo mandamento: que vos ameis uns aos outros. Como eu vos amei, assim também vós deveis amar-vos uns aos outros” (Jo 13,34-35).

⁷⁴ Segundo o mesmo medievalista francês, toda essa questão alimentou Descartes quanto à ideia de liberdade no século XVII.

força da vontade humana em decidir ou avançar em direção ao bem” (MILLI, 2008, p. 42). Na compreensão de Erasmo de Rotterdam a visão de Lutero acerca do livre-arbítrio poderia levar as pessoas à irresponsabilidade e à impiedade (MILLI, 2008). Em síntese da visão de Lutero, Adriani Milli destaca o seguinte:

Para Lutero, que considera “que as coisas que levam à salvação eterna são as palavras e as obras de Deus” (1993, p. 76), o livre-arbítrio se refere uma força que não está sujeita a ninguém, e esse não é o caso do ser humano.

Se não queremos omitir completamente essa palavra – o que seria mais seguro e piedoso, devemos ensinar que se use de boa fé, de tal modo que se conceda ao ser humano um livre arbítrio não com respeito ao que lhe é superior, mas apenas ao que lhe é inferior, isso é: ele deve saber que em relação a suas faculdades e posses tem direito de usar, fazer e omiti-las segundo o livre arbítrio (...) Em relação a Deus, porém, ou nas coisas que concernem à salvação ou condenação, ele não tem livre arbítrio, mas é cativo, sujeito e servo ou da vontade de Deus ou da vontade de Satanás (1993, p. 51).

A imagem escolhida para ilustrar a vontade humana é de um jumento. Ele quer e anda de acordo com a vontade de seu montador, seja Deus ou Satanás. Entretanto, “não está em seu arbítrio correr para um dos dois cavaleiros ou procurá-lo; antes, os próprios cavaleiros lutam para o obter e possuir” (LUTERO, 1993, p. 49)⁷⁵ (2008, p. 49).

Neste sentido, o mundo que havia rejeitado a visão tradicional do livre-arbítrio, forjada inicialmente por santo Agostinho e aperfeiçoada durante a Idade Média, agora adentrava numa nova espécie de dualismo, Deus e o diabo. Com isso, não é mais o homem livre que decide seguir ou não o caminho da Salvação, mas a predestinação de Deus, que, restringe o homem e sua liberdade a seguir retamente ao caminho, seja ele de Deus ou de Satanás.

A partir de Gilson, pode-se notar em relação à história o seguinte:

Quando a confiança na indestrutibilidade da natureza e na eficácia de causas segundas provenientes de uma fecundidade criadora desapareceu, o mundo estava maduro para a Reforma; em toda parte, e na medida em que essa confiança subsistiu, a Reforma foi mantida em xeque. É por isso que todas as morais cristãs da Idade Média, bem como as dos Padres da Igreja, em que se inspiram, repousam na afirmação de um livre-arbítrio indestrutível como fundamento necessário. Se, como é costume repetir, a Reforma inaugura a era do pensamento moderno, foi pela abdicação do livre-arbítrio que o pensamento moderno se iniciou. A homens, dos quais Deus mesmo não podia mais fazer seus coadjutores e seus cooperadores, a filosofia cristã não tinha mais nada a dizer. No entanto, pelo fato mesmo de ser cristã, essa filosofia teve de dar ênfase à importância do poder e do lugar que ele ocupa na definição do ato livre. Devemos-lhe portanto uma noção mais rica e mais compreensiva do que se pode encontrar nos antigos, dessa espontaneidade de um querer cuja liberdade é feita pela eficácia para a verdade e para o bem (2020, p. 392-393).

⁷⁵ A nota citada pelo autor é a seguinte: LUTERO, Martinho. “Da Vontade Cativa”. In: *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo, RS: Concórdia/Sinodal, vol. 4, 1993. p. 17-216.

Com isso, Gilson apresenta um resumo da posteridade do problema do livre-arbítrio, e conclui o tema do XV capítulo⁷⁶ de *O espírito da filosofia medieval*, estimulando a importância de tal temática ainda nos dias atuais. Étienne Gilson, traz à luz o protestantismo como iniciador do pensamento moderno através da destruição do livre-arbítrio. Esta destruição evidencia uma separação radical entre filosofia e teologia, e assim sendo, o fim da filosofia cristã. agora com a *sola scriptura*, onde para sua teologia somente as Sagradas Escrituras bastam, descarta não somente a Tradição e o Magistério da Igreja, mas também a tradição filosófica, assim a filosofia cristã perdeu espaço. A filosofia era para Lutero expressão do homem que não conhece a Cristo e não possuía espaço na teologia (RATZINGER, 2012). O mundo com a reforma ou revolução protestante se despreendeu da tradição precedente e colocou o homem numa situação diferente, a filosofia cristã desaparece de perspectiva, pois onde somente a Escritura basta e onde o *livre-arbítrio* não existe mais, e em seu lugar um *servo-arbítrio* toma espaço, onde o homem não é mais *cooperador* de Deus, ou seja, responsável pela própria salvação ou condenação e não só de si, mas também dos outros. Como poderia, pois, existir ainda filosofia cristã? Sem que haja algo a buscar, sendo já predeterminada a salvação ou a condenação? Por quê buscar ainda um caminho, uma filosofia como forma de vida, em um desejo sincero de busca da verdade? Sendo assim, o fim do livre-arbítrio é o fim de um pensamento e de uma forma de ver o mundo muito importante para uma civilização, pois aos olhos da fé a perda do sentido do livre-arbítrio prejudica muito a salvação, e aos olhos naturais exclui uma forma de viver e ver o mundo e a si próprio que perdurava durante Idade Média.

Depois da controvérsia luterana e protestante a Igreja Católica realizou o Concílio de Trento (1545-1563), onde rebateu as afirmações, na visão católica, heréticas, dos reformadores e reafirmou o seu dogma.

Foi observado neste apêndice como o problema do livre-arbítrio se fez importante, mesmo mais de 1000 anos depois de Agostinho para o pensamento de Lutero que, se não inaugura, ao menos ajuda a inaugurar a Idade Moderna, que muda o mundo e faz sentir sua influência até hoje.

⁷⁶ “Livre-arbítrio e a liberdade cristã”, p. 367-393.

BIBLIOGRAFIA

AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. Trad. J. Oliveira Santos, S.J. e A. Ambrósio de Pina, S.J. 6. ed. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1958.

AGOSTINHO, Santo. *O livre-arbítrio*. Trad. Ir. Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1995.

AGOSTINHO, Santo. *Solilóquios e A vida feliz*. Trad. Ir. Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1998.

BENTO XVI. Discurso do Papa Bento XVI aos participantes no Congresso sobre Lei Moral Natural promovido pela Pontifícia Universidade Lateranense. *Libreria Editrice Vaticana*, 2007. Disponível em https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2007/february/documents/hf_ben-xvi_spe_20070212_pul.pdf. Acesso em 30/08/2021.

BÍBLIA SAGRADA. Trad. CNBB. 2. ed. Brasília: Edições CNBB, 2019.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Documentos da Igreja. 19. ed. São Paulo: Edições CNBB e Edições Loyola, 2017.

DA SILVA, Nilo César Batisti. As paixões da alma no medievo, o movimento do desejo no interior da vontade em santo Agostinho: *Prometheus - Journal of Philosophy*, v. 13, n. 36, 6 de agosto de 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/prometeus/article/view/14093>. Acesso em novembro de 2021.

DE AQUINO, Tomás (Santo). *Suma teológica, vol. 1: Ia PARS*. Trad. Alexandre Correia Aquino. 4. ed. Campinas, SP: Ecclesiae, 2016a.

DE AQUINO, Tomás (Santo). *Suma teológica, vol. 3: Ila Ilae*. Trad. Alexandre Correia Aquino. 4. ed. Campinas, SP: Ecclesiae, 2016b.

DICTIONNAIRE DE THÉOLOGIE CATHOLIQUE, Tomo. IX segunda parte. Paris : Librairie Letouzey et Ane, 1927. p. 1841-1895.

FAVRETO, Clair. Pecado original: problema semântico? 1998. Tese (Mestrado em Teologia) – Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre. Porto Alegre, 1998.

FREITAS, Manuel da Costa. In. *Logos Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia* vol. 3. Lisboa / São Paulo: Verbo, 1991.

GILSON, Étienne. *Introdução ao estudo de Santo Agostinho*. Trad. Cristiane Negreiros Abbud Ayoub. 2. ed. São Paulo: Discurso Editorial; Paulus, 2010.

GILSON, Étienne. *O espírito da filosofia medieval*. Trad. Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020.

MILLI, Adriani. Livre ou servo arbítrio? A vontade Humana em Erasmo e Lutero. *Acta Científica. Ciências Humanas, [S. l.]*, v. 2, n. 15, p. 41–54, 2008. Disponível em: <https://unasp.emnuvens.com.br/acch/article/view/425>. Acesso em novembro de 2021.

RATZINGER, Joseph. *Natureza e Missão da teologia*. Trad. Carlos Almeida Pereira. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da Filosofia: Antiguidade e Idade Média*. 5. ed. São Paulo: Paulus, 1990.